

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM DESENVOLVIMENTO RURAL -
PLAGEDER**

JANE ISABEL DACOL RODRIGUES DOS SANTOS

**A MERCANTILIZAÇÃO DA PECUÁRIA DE CORTE NOS CAMPOS DE CIMA DA
SERRA DO RIO GRANDE DO SUL**

**São Francisco de Paula
2013**

JANE ISABEL DACOL RODRIGUES DOS SANTOS

**A MERCANTILIZAÇÃO DA PECUÁRIA DE CORTE NOS CAMPOS DE CIMA DA
SERRA DO RIO GRANDE DO SUL**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológica em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Lovois de Andrade Miguel

Coorientador: Márcio Zamboni Neske

São Francisco de Paula

2013

JANE ISABEL DACOL RODRIGUES DOS SANTOS

**A MERCANTILIZAÇÃO DA PECUÁRIA DE CORTE NOS CAMPOS DE CIMA DA
SERRA DO RIO GRANDE DO SUL**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológica em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Desenvolvimento Rural.

Aprovado com Conceito (A)

Prof. Dr. Lovois Andrade Miguel

Orientador

UFRGS

Prof (a). Dr (a). Marlise Amália Reinehr Dal Forno

UFRGS

Prof. Dr. Marcelo Antonio Conterato

UFRGS

São Francisco de Paula, 02 de agosto de 2013.

Dedico este trabalho ao Ângelo (meu marido), ao Rodrigo, ao Roque, ao Renan e ao Rúben (meus filhos) e, em especial ao Seu Didi e a Dona Mocinha (meus pais, in memoriam).

AGRADECIMENTOS

Mais uma etapa transcorre em minha vida pessoal e profissional. Para chegar até aqui, muitos foram os auxílios recebidos. Neste momento são necessários muitos agradecimentos:

Agradeço ao meu orientador, professor Dr. Lovois Andrade Miguel, pelo acompanhamento e pela orientação recebida.

Agradeço ao meu coorientador, tutor Márcio Zamboni Neske, por ter, incansavelmente, me acompanhado nesta tão importante trajetória.

Agradeço a todos os professores e tutores do Curso de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural (PLAGEDER), bem como à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), pela minha formação.

Agradeço à tutora presencial, professora Maria Eduarda Silva Comim, pela dedicação e apoio constantes com que me acompanhou nesta caminhada.

Agradeço ao pessoal do Polo de Educação a Distância de São Francisco de Paula, por tudo o que fizeram por mim.

Agradeço aos meus colegas, pelas horas de convívio e aprendizado.

Agradeço às pessoas e instituições, pela acolhida durante estágios e entrevistas.

Agradeço a minha família, por permitirem o “roubo” de muitas horas de convívio.

E, por último, agradeço a Deus, por tudo.

São Francisco é Terra Boa

Os Bertussi

*“Com licença meus amigos vou falar da minha terra
Vou contar de São Francisco dos campos de cima da
serra*

*Eu sou filho daqueles pagos terra boa e sem luxo
É o coração serrano no Rio Grande o mais gaúcho*

...

*São Francisco é um município entre os maiores do estado
A sua maior riqueza é a criação de gado
Fazendas de campo aberto coxilhas a campo fora
Onde canta o quero-quero e onde o minuano chora”*

Honeide e Adelar Bertussi

RESUMO

A mercantilização da agricultura, enquanto processo ligado à modernização da agricultura, foi responsável por transformar em diferentes níveis os fatores de produção e trabalho existentes em diferentes contextos agrários. Embora se preconizasse que a mercantilização seria um processo que conduziria a homogeneização e especialização produtiva a partir da inserção crescente dos agricultores aos mercados, os resultados homogeneizantes esperados permanecem não sendo constatados, pois existe uma diversidade produtiva da agricultura resultante das diferentes formas com os agricultores estão inseridos nos mercados. Sendo assim, o objetivo geral deste trabalho é analisar em que medida a mercantilização foi responsável por conduzir a diferenciação social, econômica e produtiva dos pecuaristas de corte de São Francisco de Paula, RS. Utilizando como suporte metodológico um estudo de caso, a pesquisa analisou dois sistemas produtivos diferentes, um familiar e outro patronal. Os resultados da pesquisa demonstram que a mercantilização age sobre as formas de produção e trabalho dos pecuaristas de diferentes maneiras, existindo graus de mercantilização variados. Assim, existe uma heterogeneidade produtiva e socioeconômica que é o resultado das maneiras diferenciadas com que os pecuaristas se relacionam com os mercados, e a aparente homogeneidade da pecuária de corte, demonstra ser heterogênea.

Palavras-chave: Mercantilização. Pecuária de Corte, Desenvolvimento Rural.

ABSTRACT

The commodification of agriculture as a process linked to the modernization of agriculture, has been responsible for transforming the factors at different levels of production and existing work in different agrarian contexts. Although they had preconized that commodification would be a process that would lead to homogenization and specialization from the growing insertion of farmers markets, the results remain homogenizing expected not being observed, since there is a diversity of agricultural production resulting from different forms with farmers are inserted in the markets. Thus, the aim of this study is to analyze the extent to which commodification was responsible for driving the differentiation social, economic and productive beef cattle farmers of San Francisco de Paula, RS. Using as methodological support a case study, the research examined two different production systems, one family and another employer. The research results show that the commodification acts on forms of production and work of farmers in different ways, there varied degrees of commodification. Thus, there is a productive and socioeconomic heterogeneity that is the result of different ways that relate to the farmers markets, and the apparent homogeneity of beef cattle, proves to be heterogeneous.

Keywords: Commodification, Beef Cattle, Rural Development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1-- Localização do município de São Francisco de Paula	21
---------------------------------------------------------------------	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução da população rural e urbana em São Francisco de Paula, RS.	35
Tabela 2 - Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese) de São Francisco de Paula, e classificação segundo o Idese geral – 2009.	36
Tabela 3- Produto Interno Bruto (PIB) total e <i>per capita</i> , estrutura do Valor Adicionado Bruto (VAB) de São Francisco de Paula - 2010.	36
Tabela 4 – Estrutura fundiária do município de São Francisco de Paula.	37
Tabela 5 – Formas de utilização da terra no município de São Francisco de Paula – 2006.	38
Tabela 6 – Número de animais por categoria animal no município de São Francisco de Paula.	38
Tabela 7 – Número de estabelecimentos com atividade pecuária e criação de outros animais – 2006.	39
Tabela 8 - Idade, sexo e número de membros na família dos pecuaristas de corte investigados.	41
Tabela 9- Estratificação da Unidade Trabalho Familiar (UTH f), Total (UTH t) e Contratada (UTHc) da pecuária de corte.	41
Tabela 10 - Formas de uso da terra entre os sistemas de produção analisados.	42
Tabela 11- Externalização (CI/PBT) e Consumo Intermediário (C.I) dos sistemas de produção da pecuária de corte.	43
Tabela 12 - Indicadores de rendimentos e remuneração da pecuária de corte.	46

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Características que marcam as diferenças do processo de mercantilização entre os pecuaristas investigados.	49
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CI	Consumo Intermediário
COREDE	Conselho Regional de Desenvolvimento
FEE	Fundação de Economia e Estatística
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDESE	Índice de Desenvolvimento Socioeconômico
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
PB	Produto Bruto
PBT	Produto Bruto Total
RAÑA	Rendas das Atividades Não-Agrícolas
RAPOS	Rendas de Aposentadorias
REx	Rendas Externas
ROTS	Rendas de Outras Transferências Sociais
RT	Renda Total
SAL	Superfície Agrícola Útil
ST	Superfície Total
UTH c	Mão de Obra Contratada
UTH f	Mão de Obra Familiar
UTH t	Mão de Obra Total
VAB	Valor Agregado Bruto
VAL	Valor Agregado Líquido

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 MERCANTILIZAÇÃO DA AGRICULTURA E HETEROGENEIDADE NO MUNDO RURAL	16
2.1 Breve revisão sobre a modernização da agricultura	16
2.2 Mercantilização da agricultura	18
2.3 Heterogeneidade social e econômica na agricultura.....	19
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	21
3.1 Delimitação da área de estudo	21
3.2 Etapas de levantamento dos dados	21
3.2.1 Coleta e tratamento dos dados secundários existentes	22
3.2.2 Levantamento dos dados a campo	22
3.2.3 Técnicas de coleta e sistematização das informações	23
3.3 Indicadores agrossocioeconômicos	23
4. O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO E OS PROCESSOS SOCIOECONÔMICOS E NATURAIS DE SÃO FRANCISCO DE PAULA.....	31
4.1 Evolução dos aspectos históricos do município de São Francisco de Paula/RS	31
4.2 Aspectos naturais.....	34
4.3 Aspectos socioeconômicos, dinâmica populacional e situação fundiária	35
4.4 Aspectos produtivos	37
5. A MERCANTILIZAÇÃO DA PECUÁRIA DE CORTE EM SÃO FRANCISCO DE PAULA	40
5.1 Estrutura familiar e força de trabalho	40
5.2 Formas de uso da terra.....	42
5.3 Mercantilização e externalização dos sistemas de produção.....	43
5.4 Rendas e remuneração no ambiente produtivo mercantilizado	45
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERÊNCIAS	52
Anexo A -Roteiro de Pesquisa	55
Anexo B - Termo de consentimento informado, livre e esclarecido.....	69

1 INTRODUÇÃO

Mais de uma revolução ao longo da história da agricultura foram necessárias para que se originassem os diferentes tipos de agriculturas que são conhecidos nos dias atuais em vários contextos agrários do mundo. No entanto, com o advento da chamada modernização da agricultura, a partir da metade do século passado, o progresso técnico-científico transformaria as sociedades “tradicionais” ou “atrasadas” em sociedades “modernas” ou “avançadas” através do processo que ficou conhecido como modernização da agricultura (ALMEIDA, 1997 *apud* Neske, 2009, p. 20).

Em seus objetivos, a modernização da agricultura e suas noções produtivas modernizantes direcionaram os agricultores a uma inserção crescente e dependente dos mercados. Desse modo, a mercantilização da agricultura, enquanto processo ligado à modernização da agricultura, foi responsável por transformar em diferentes níveis os fatores de produção e trabalho em várias regiões do mundo. Embora se preconizasse que a mercantilização seria um processo que conduziria à homogeneização e especialização produtiva a partir da inserção crescente dos agricultores aos mercados, os resultados homogeneizantes esperados permanecem não sendo constatados, pois existe uma parcela da diversidade produtiva da agricultura que é resultante das diferentes formas como os agricultores estão inseridos nos mercados.

No Rio Grande do Sul, alguns trabalhos têm evidenciado os efeitos perversos provocados pela mercantilização da agricultura, sobretudo em relação às agriculturas de base familiar, mas, por outro lado, demonstram como a mercantilização é responsável pela constituição da heterogeneidade produtiva da agricultura, bem como pela configuração de diferentes dinâmicas de desenvolvimento rural (CONTERATO, 2004; NIERDELE, 2007; NESKE, 2009).

No município de São Francisco de Paula, localizado na região dos Campos de Cima da Serra, no Nordeste do Rio Grande do Sul, a pecuária de corte exercida sobre pequenas e médias propriedades é a principal atividade produtiva e econômica desde o período de colonização. Embora se possa perceber subjetivamente que a base produtiva do município não tenha sofrido grandes transformações no contexto da modernização da agricultura, ainda são desconhecidos os efeitos da mercantilização da agricultura sobre a pecuária de corte. Com vistas a verificar os efeitos da mercantilização em um contexto agrário com características produtivas específicas, o problema de pesquisa é definido com o seguinte questionamento: de

que forma a mercantilização afeta os sistemas produtivos dos pecuaristas de corte de São Francisco de Paula/RS?

Como forma de responder a questão que orienta esse estudo, o objetivo geral é analisar em que medida a mercantilização foi responsável por conduzir a diferenciação social, econômica e produtiva dos pecuaristas de corte de São Francisco de Paula/RS. Os objetivos específicos da pesquisa são: 1) Descrever o processo histórico que retrata a origem e evolução agrária da pecuária de corte; 2) Analisar as estratégias de interação dos pecuaristas de corte com os mercados de produtos e serviços; 3) Examinar em que medida a mercantilização, associada a vínculos mercantis nas relações de produção e trabalho, transformou os sistemas produtivos da pecuária de corte.

Assim sendo, com vistas a atender a “inquietação” de uma também pecuarista da Região dos Campos de Cima da Serra, a qual, impulsionada pela relevância e atualidade do tema da mercantilização, é que surgiu o interesse de analisar em que medida a mercantilização atinge os pecuaristas de corte no município de São Francisco de Paula e os reflexos recorrentes, uma vez que outros estudos abordando o mesmo tema já foram realizados em outras regiões do estado onde a pecuária de corte está presente (NESKE, 2009). O trabalho em questão não tem a pretensão de esgotar o assunto, mas sim contribuir de alguma forma para o conjunto de pesquisas já realizadas a fim de que se possa “desenhar” um quadro mais amplo das dinâmicas de desenvolvimento rural que se formam em diferentes regiões no contexto da mercantilização.

Além deste capítulo introdutório, o trabalho se constitui de mais seis. O segundo capítulo aborda a revisão da literatura que deu base à elaboração do trabalho, onde se desenvolve uma breve revisão sobre a modernização da agricultura, mercantilização e heterogeneidade social e econômica da agricultura. O terceiro capítulo apresenta os procedimentos metodológicos da pesquisa. O capítulo quarto apresenta uma descrição e análise do processo de territorialização, das dinâmicas socioeconômicas e ambientais de São Francisco de Paula. O quinto capítulo explora os resultados da pesquisa de campo, analisando mais detidamente o processo de mercantilização na pecuária de corte de São Francisco de Paula. Por fim, o sexto e último capítulo apresenta as principais considerações do trabalho.

2 MERCANTILIZAÇÃO DA AGRICULTURA E HETEROGENEIDADE NO MUNDO RURAL

2.1 Breve revisão sobre a modernização da agricultura

Ao considerar a evolução da agricultura ao longo dos tempos, as primeiras formas de agriculturas tiveram suas origens nos chamados centros irradiantes¹, dos quais, a agricultura foi se expandindo por todo o globo terrestre e se diferenciando em diferentes sistemas agrários², o que deu origem a diferentes “revoluções agrícolas” no decorrer da evolução e diferenciação da agricultura (MAZOYER; ROUDART, 2001).

Assim, a compreensão dos diferentes sistemas agrários, nas diferentes partes do mundo, em épocas também diferentes, constitui a história da agricultura. Nos sistemas agrícolas primitivos, o homem desenvolveu formas específicas de domesticação de animais e plantas visando multiplicá-los a fim de garantir a utilização de seus produtos (MAZOYER; ROUDART, 2001). Quando o homem era apenas um caçador, seguido do período em que era um plantador, transcorreram uma sequência de descobertas e utilizações de instrumentos criados por ele, até culminar num “dominador” de seu meio, construindo moradias permanentes, semeando plantas e criando animais.

A essas transformações ocorridas dentro da evolução da agricultura entre 10.000 a 5.000 anos A.P, deu-se o nome de revolução agrícola neolítica, a qual marcou a passagem do homem da condição de predador para agricultor (MAZOYER; ROUDART, 2001). Caracterizada pelo sistema de derrubada-queimada, a revolução agrícola neolítica iniciou uma nova visão dos conhecimentos sobre agricultura, tais como cultivo, fertilidade do solo, entre outros, mas fazia-se mister produzir mais e melhor para obter melhorias qualitativas e quantitativas de alimentação (MAZOYER; ROUDART, 2001).

No curso da evolução e diferenciação dos sistemas agrários pelo mundo, Mazoyer & Roudart (2001), definem e caracterizam outras revoluções agrícolas na história da agricultura:

¹ Mazoyer e Roudart (2001) descrevem seis centros irradiantes, sendo eles: o centro próximo-oriental, que formou a Síria-Palestina e de forma mais lenta no Crescente fértil, entre 10000 e 9000 a. C.; o centro centro-americano, no Sul do México, entre 9000 e 4000 a. C.; o centro chinês que se formou na China do Norte a partir de 8500 a. C. e completou-se estendendo-se para nordeste e sudeste, entre 8000 e 6000 a. C.; o centro neoguineense que constituiu Papua-Nova-Guiné em torno de 10000 a. C.; centro sul-americano, provavelmente nos Andes peruanos ou equatorianos há cerca de 6000 a. C.; centro norte-americano, na bacia do médio Mississipi, entre 4000 e 1800 a. C.

² Conforme Mazoyer (1986, p.11) citado por Miguel (2009, p.23) um sistema agrário “é um modo de exploração do meio historicamente constituído e durável, um conjunto de forças de produção adaptado às condições bioclimáticas de um espaço definido e que responde às condições e às necessidades sociais do momento”.

a revolução agrícola da antiguidade (3.000-2.000 A.P.), caracterizada pelo surgimento dos sistemas de cultivo com alqueive de curta duração e tração leve; a revolução agrícola da idade média (a partir século X) caracterizada pelos sistemas de cultivo com alqueive de curta duração e tração animal pesada; a primeira revolução agrícola dos tempos modernos (séculos XVII-XIX), marcada pelo sistema de cultivo sem alqueive e tração animal pesada; a primeira revolução agrícola dos tempos modernos (a partir do século XIX), caracterizada pela mecanização dos sistemas de cultivo com tração animal pesada e revolução dos transportes e, por fim, a segunda revolução agrícola dos tempos modernos (a partir do início do século XX), também conhecida como a Revolução Verde, que teve seu apogeu na segunda metade do século passado.

Diversos autores descreveram tal processo. Brum (1998), citado por Goes (2009), define a Revolução Verde:

“...como um programa que tinha como objetivo explícito contribuir para o aumento da produção e da produtividade agrícola em todo mundo, através do desenvolvimento de experiências no campo da genética vegetal para a criação e multiplicação de sementes adequadas às condições dos diferentes solos e climas e resistentes às doenças e pragas, bem como da descoberta e aplicação de técnicas agrícolas ou tratos culturais mais modernos e eficientes” (BRUM, 1988, p. 44 *apud* GOES, 2009, p.22).

Ainda Graziano da Silva (1999), citado por Schwantz (2011), informa que a Revolução Verde preconizou o que ficou conhecido como modernização da agricultura, estando essa, associada à ideia de progresso técnico, o qual, como o próprio nome sugere, está relacionado com a mudança da base técnica, tendo por finalidade a superação dos obstáculos impostos pela natureza. Esse autor destaca a mudança técnica em quatro principais linhas produtivas: a primeira através do uso de máquinas e implementos (mecânica); a segunda, pelo uso de adubos, insumos e agrotóxicos (físico-química); a terceira, através do manejo e da produção (agronômica), e, a quarta mudança, aquela que se utiliza do melhoramento genético de plantas (SCHWANTZ, 2011, p. 22).

No entanto, todas as transformações na escala de produção, bem como nas formas de se praticar agricultura, trouxeram consequências e vários são também os autores que discutiram sobre o assunto. Miguel (2009) diz que a mecanização, a quimificação, a seleção de sementes e de raças de animais domésticos, o aprimoramento dos meios de transportes, todos esses processos produtivos estão atribuídos a novos meios de ampliação da produção resultantes da Revolução Verde, o que gerou tipos de agriculturas baseadas em sistemas produtivos em grande escala e padronizados.

Mielitz Neto *et. al* (2010) salienta que a modernização da agricultura, ao incorporar e envolver a noção de crescimento e de especialização da produção, acaba gerando um processo de perda de autonomia dos agricultores e ainda acrescenta que na medida em que estes se conectam com fornecedores de insumos para a produção, bem como processadores e distribuidores de seus produtos finais, ocorre uma limitação das suas capacidades de decisão, os quais têm o processo decisório norteado muito mais pela empresa agrícola em si mesma (MIELITZ NETO *et. al*, 2010, p.35).

Ainda no âmbito das consequências decorrentes desta modernização, o mesmo autor destaca que, no Brasil, ela foi acompanhada de outras consequências como o surgimento dos chamados complexos agroindustriais, numa perspectiva setorial do desenvolvimento, o que, com o decorrer dinâmica capitalista, acabou gerando um processo excludente e de marginalização de muitos agricultores aos mercados. Também, em relação à propriedade da terra, a modernização foi responsável por ocasionar maior concentração da propriedade rural, com consequências sobre o aumento do êxodo, maior exploração na força de trabalho e piora de condições de vida.

Outro autor a tratar desse assunto foi Ploeg (1993), que também enfatiza que o processo de modernização contribuiu para a perda da autonomia das práticas locais da agricultura provocando uma desconexão entre os processos de produção agrícola com a terra, a natureza e a ecologia, uma crescente externalização das tarefas e processos produtivos, uma desvalorização do trabalho manual, uma mudança contínua dos processos de trabalho e uma crescente separação entre os processos de produção agrícola e as especificidades dos produtos finais.

2.2 Mercantilização da agricultura

Os estudos sobre a mercantilização da agricultura têm procurado identificar as transformações ocasionadas pelos processos tecnológicos e as relações mercantis ligados a sua modernização, analisando os novos modos de praticar agricultura e de interação com os mercados.

Dessa forma, a mercantilização que atinge outros setores da vida social, ganha força dentro da agricultura, pois induz a uma inserção do produtor rural aos mercados sujeitando-o a suas leis (NIEDERLE, 2007). Para Ploeg (1993), a modernização da agricultura e suas noções de produtividade proporcionariam aos agricultores uma maior inserção aos mercados e, por causa disso, tornando-os cada vez mais mercantilizados através de novas relações

mercantis estabelecidas em diferentes graus de mercantilização. Confirma-se, assim, o que Ploeg (1993) afirma:

“[...] esses agricultores encontram-se em uma mercantilização multi-nível e com distintos graus de mercantilização da exploração agrícola, ou seja, os agricultores podem mercantilizar diferentes etapas do processo de produção e encontrar-se em diferentes graus de mercantilização. Tudo isso pode levar a uma maior diferenciação social”. (PLOEG, 1993, *apud* Neske, p. 39).

Ainda Ploeg (1990; 1992), citado por Niederle (2007), afirma que dentro das propriedades os micro-processos existentes é que vão definir o grau de mercantilização. Nesse sentido, de acordo com Ploeg (1993), os diferentes graus de mercantilização da agricultura são responsáveis por gerar formas variadas de gestão que os agricultores adotam sobre as maneiras como são estruturadas e desenvolvidas as relações de produção e trabalho agrícola. Desse modo, há diferentes intensidades e formas variadas de inserção dos agricultores aos mercados de produtos e serviços, o que significa que a mercantilização não é um processo que conduz a hegemonização dos agricultores. Nesse sentido, conforme Neske (2009):

“A mercantilização se configura como um processo em que o capitalismo exerce forças de “fora” sobre os agricultores (tecnologias, sistemas de preços, políticas públicas, etc), mas nela também existem espaços de manobra onde os agricultores estabelecem suas estratégias de resistência, pois possuem capacidades de agência e habilidades cognitivas para interferir, se necessário, no fluxo de eventos sociais ao seu entorno”. (NESKE, 2009, p.44).

Portanto, a condição da existência de diferentes graus de mercantilização conduz a uma explicação de que a mercantilização não atua de forma homogênea, embora o exercício do capitalismo agrário tenda a conduzir à homogeneização produtiva e também dos agricultores.

2.3 Heterogeneidade social e econômica na agricultura

Como destacado nas seções precedentes, a modernização da agricultura influenciou de diferentes formas e intensidades os processos sociais, econômicos e produtivos da agricultura. Segundo Niederle (2007), os trabalhos de Ploeg e Long conduziram a explicações da realidade rural que permitem compreender o quão heterogêneos são os processos produtivos

associados à mercantilização, e que ela (a mercantilização) é o resultado da negociação entre os agricultores com outros atores sociais e os mercados. Nesse sentido, conforme Neske (2009):

“[...] ainda que a mercantilização seja responsável por conduzir ao processo de diferenciação social e econômica, ao mesmo tempo, também responde pela ampliação da diversificação dos estilos de agricultura, pois esses são expressões das respostas adaptativas adotadas pelos agricultores nas suas relações estabelecidas não somente com os mercados, mas também com o universo sociocultural e ecológico que estão envolvidos”. (NESKE, 2009, p.53).

Segundo Ploeg (1993), por mais que a mercantilização possa exercer forças externas sobre os agricultores que tendem a conduzir a crescente externalização e dependência destes aos mercados, esse processo não é homogêneo, pois segundo o autor, a própria existência de graus de mercantilização permite identificar a diversidade produtiva entre agricultores e entre regiões. Como forma de identificar mais claramente as formas heterogêneas da agricultura e de agricultores, esse autor faz uso da noção de estilos de agricultura. De acordo com Ploeg (1993b):

“Um estilo envolve um modo específico de organização da empresa agrícola: prática agrícola e desenvolvimento são definidos pelo repertório cultural, o qual por sua vez é testado, afirmado e, se necessário, ajustado pela prática. Por conseguinte, um estilo de agricultura é uma forma concreta da práxis, uma unidade particular de pensamento e ação, de teoria e prática”. (PLOEG, 1993, p. 241 *apud* SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008, p.1006).

Utilizando a noção de estilos de agricultura de Ploeg, o trabalho de Neske (2009) realizado com pecuaristas familiares na região sul do Rio Grande do Sul demonstrou a existência de uma heterogeneidade socioeconômica e produtiva dos pecuaristas familiares que é decorrente das diferentes formas como esses estão inseridos no ambiente mercantil. Segundo esse autor, é a partir de seu repertório cultural e relações produtivas específicas (dependência das relações com a natureza) que os pecuaristas familiares investigados desenvolvem estratégias que permite ampliar espaços de autonomia em relação aos mercados.

A agricultura, portanto, apresenta diversos estilos e, por isso, é uma atividade heterogênea mesmo na presença do capitalismo agrário, mas são as diferentes formas de relação com a mercantilização que favorecem a existência de formas heterogêneas de praticar agricultura e de obter resultados desta.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Delimitação da área de estudo

Conforme já destacado em outros momentos, esse estudo foi realizado no município de São Francisco de Paula, localizado na região denominada como Campos de Cima da Serra, no Rio Grande do Sul (Figura 1). O município de São Francisco de Paula pertence à mesorregião Nordeste Rio-Grandense e a microrregião de Vacaria (IBGE, 2008).



Figura 1— Localização do município de São Francisco de Paula.

Fonte: Wikipédia (2013).

O universo empírico do estudo compreendeu a localidade de Cerrito, situada a 23 km da sede do município.

3.2 Etapas de levantamento dos dados

A seleção da modalidade de pesquisa escolhida foi a de estudo de caso que representa o estudo de entidade bem definida como pecuária familiar e pecuária patronal, visando

conhecer em profundidade para descobrir o que há, como diz Fonseca (2002), de característico e essencial (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 39). Foi realizada com base em abordagens qualitativa e quantitativa. A escolha da abordagem qualitativa se deve por este possibilitar um aprofundamento das informações, tendo por objetivo explicar o porquê das coisas, preocupando-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 32). Por sua vez, a utilização da abordagem quantitativa deve-se ao fato de seus resultados podem ser quantificados e o seu resultado constitui um retrato da realidade pesquisada de forma objetiva (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 31-34).

3.2.1 Coleta e tratamento dos dados secundários existentes

O primeiro contato com a realidade empírica aconteceu através da compilação e tratamento dos dados secundários com a finalidade de caracterizar melhor o espaço empírico a ser estudado. Para tanto, foram utilizadas as seguintes modalidades de pesquisa: bibliográfica (fontes escritas); documental (dados internos); eletrônica (endereços eletrônicos). Assim sendo, houve um levantamento bibliográfico a respeito do tema da pesquisa e sobre a área de estudo. A pesquisa bibliográfica baseou-se em artigos, revistas, livros, em sites da internet e pesquisa documental junto a Prefeitura e junto à Inspeção Veterinária e Zootécnica (IVZ) de São Francisco de Paula, e pesquisas em bases de dados disponíveis no IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e FEE (Fundação de Economia e Estatística).

3.2.2 Levantamento dos dados a campo

O recorte de análise do estudo foram os pecuaristas de corte da localidade de Cerrito. A unidade de análise foram dois sistemas produtivos diferentes implementados a nível de unidade produtiva agrícola (UPA). Assim, cada UPA representou um sistema de produção diferente, e foram selecionadas dois sistemas de produção para o estudo. O primeiro sistema de produção foi constituído por uma unidade produtiva familiar e, o segundo, por uma unidade produtiva patronal³. O critério para seleção desses sistemas produtivos deve-se ao

³ Conforme o estudo realizado pela FAO/Inra (1996)³, baseado na metodologia dos sistemas agrários, os produtores rurais podem ser divididos em dois grande tipos ou categorias gerais, a agricultura familiar e a agricultura patronal, as quais obedecem características específicas como tamanho de área, tipo de atividade produtiva, trabalho, entre outras. Evidentemente, conforme aponta a literatura dos estudos agrários, existem outras formas e critérios para elaboração de tipologias, porém, nesse estudo, a definição de pecuária familiar e patronal como categoria de análise segue a orientação mais geral do estudo FAO/Inra (1996).

fato de serem os sistemas produtivos mais representativos na localidade de Cerrito, bem como do próprio município de São Francisco de Paula. No entanto, é importante ressaltar que existem outros sistemas produtivos da pecuária de corte no município, sendo possível verificar uma heterogeneidade produtiva interna à produção familiar ou mesmo patronal. Assim, considerando o tempo hábil para realização do trabalho de TCC, que é um período curto, optou-se por trabalhar com os sistemas de produção mais expressivos na localidade de Cerrito.

3.2.3 Técnicas de coleta e sistematização das informações

Para a coleta e levantamento dos dados, a pesquisa fez uso de questionário e roteiro de entrevista semiestruturadas (Anexo A), contando também com o auxílio de caderno de campo. Como instrumento auxiliar de coleta das informações, as entrevistas foram gravadas com o auxílio de gravador digital. As entrevistas foram realizadas no mês de abril de 2013, e as informações coletadas são referentes ao ano agrícola correspondente ao período de março de 2012 a março de 2013. Fez-se uso do “*termo de consentimento esclarecido*” para cada entrevistado (Anexo B).

Para os dados quantitativos, as informações coletadas foram organizadas e sistematizadas na planilha do software Microsoft Excel, de onde foram extraídos os resultados referentes aos indicadores agrossocioeconômicos. Para as informações quantitativas obtidas das perguntas abertas contidas no roteiro de entrevista foram transcritas. Essas informações foram utilizadas em complementaridade às informações qualitativas.

3.3 Indicadores agrossocioeconômicos

Abaixo seguem os indicadores utilizados na caracterização e análise agrossocioeconômica dos sistemas de produção, extraídos de Neske (2009).

- **Superfície Total (ST)** - corresponde à área (em hectares) do estabelecimento agrícola, independentemente do grau e da forma de utilização (com atividades agrícolas, inaproveitáveis, etc.) e da sua situação fundiária (propriedade titulada, posse, comodato, área arrendada, etc.). A Superfície Total (ST) inclui tanto áreas arrendadas de terceiros como as áreas arrendadas para terceiros.

- **Superfície Agrícola Útil (SAU)** - corresponde à área (em hectares) do estabelecimento agrícola efetivamente explorada com atividades agrícolas, descontadas as áreas improdutivas, as áreas que não estejam sendo exploradas do ponto de vista agrícola e as áreas arrendadas ou cedidas para terceiros.
- **Superfície própria (Spro)** - Corresponde área do estabelecimento agrícola (em hectares) regularizada do ponto de vista legal; pertencente ao(s) proprietário(s) e na qual a utilização no estabelecimento agrícola não incorre em desembolsos em dinheiro, trabalho ou produto.
- **Superfície Disponibilizada De Terceiros Arrendadas (SDTA)** - Corresponde área do estabelecimento agrícola (em hectares) pertencentes a terceiros e que são arrendadas por um curto ou longo período.
- **Superfície Disponibilizada De Terceiros como Cessão de Uso (SDTCU)** - Corresponde área do estabelecimento agrícola (em hectares) pertencentes a terceiros e que são disponibilizadas como cessão de uso por um curto ou longo período.
- **Mão de Obra total (UTH t)** – corresponde ao somatório da mão de obra familiar e não familiar utilizada direta ou indiretamente no estabelecimento agrícola. O indicador Mão-de-obra Disponível estima a disponibilidade de mão-de-obra no estabelecimento agrícola. Medida em Unidade de Trabalho Homem (UTH), uma UTH corresponde à unidade de medida utilizada para mensurar a quantidade de trabalho. Uma UTH equivale a 300 dias de trabalho de 8 horas diárias.
- **Mão de Obra Familiar (UTH f)** - somatório da mão de obra familiar utilizada direta ou indiretamente no estabelecimento agrícola
- **Mão de Obra Contratada (UTH c)** - somatório da mão de obra familiar contratada utilizada no estabelecimento agrícola
- **O Produto Bruto (PB)** - corresponde ao valor final dos produtos agrícolas e beneficiados (artesanato, agroindústria caseira, etc.) gerados no decorrer do ano no estabelecimento agrícola. Integra o Produto Bruto a produção vendida ou utilizada na forma de pagamento de serviços de terceiros, a produção consumida pela família, a produção estocada (produtos agrícolas e animais prontos para abate/ comercialização), a produção utilizada na alimentação de empregados.

$$PB = \sum (QPVi * PrVi) + \sum (QPEst * PrVi) + \sum (QPCe * PrVi) + \sum (QPCi * PrVi)$$

Onde:

QPVi é a quantidade vendida do produto “i”;

PrVi é o preço que foi vendido ou avaliado o produto “i”;

QPEst é a quantidade estocada do produto “i”;
QPCe é a quantidade consumida por empregados do produto “i”;
QPCi é a quantidade do produto “i” que foi consumido pela família.

- **Produto Bruto Total (PBt)** - somatório da produção vendida ou utilizada na forma de pagamento de serviços de terceiros, a produção consumida pela família, a produção estocada (produtos agrícolas e animais prontos para abate/ comercialização), a produção utilizada na alimentação de empregados
- **Consumo Intermediário (CI)** - é o valor dos insumos e serviços adquiridos de outros agentes econômicos e destinados ao processo de produção do estabelecimento agrícola, tanto agrícolas como utilizados na transformação da produção. São considerados intermediários por serem integralmente consumidos no decorrer do ciclo produtivo e, através do trabalho e dos demais meios de produção, transformados em produtos agrícolas. O Consumo Intermediário inclui despesas com insumos (combustíveis, vacinas, corretivos, energia, etc.), manutenção instalações e equipamentos e serviços terceirizados.
- **O Valor Agregado Bruto (VAB)** - corresponde à riqueza bruta produzida no estabelecimento agrícola, ou seja, o Produto Bruto descontado do valor dos insumos e serviços de terceiros utilizados no decorrer de um ano agrícola.

$$\mathbf{VAB = PB - CI}$$

- **A Depreciação econômica** - corresponde à fração do valor dos meios de produção existentes no estabelecimento e adquiridos de outros agentes (máquinas, equipamentos, instalações, etc.) que não são integralmente consumidos no decorrer de um ciclo de produção. Bastante variável segundo o tipo e a utilização, estes bens perdem valor seja pela obsolescência seja pelo desgaste em virtude de sua utilização no decorrer do processo produtivo. O fator de produção terra não faz objeto de depreciação, não sendo, portanto, incluído nesta rubrica. Para o cálculo da Depreciação econômica, optou-se pela utilização do método linear simplificado:

$$\mathbf{Dep = \sum (Q_i * BEN_i) + \sum (Q_i * EQU_i) / V_{ri}}$$

Onde:

Q_i é a quantidade de benfeitorias ou equipamentos “i”;
BEN_i é o valor atual das benfeitorias “i”;
EQU_i é o valor atual dos equipamentos “i”;
V_{ri} é a vida residual da benfeitoria ou equipamento “i” em anos.

- **Valor Agregado Líquido (VAL)** - corresponde à riqueza líquida produzida no estabelecimento agrícola, ou seja, o Valor Agregado Bruto descontado do valor correspondente à Depreciação (Dep) dos equipamentos e benfeitorias.

$$\text{VA} = \text{VAB} - \text{Dep}$$

- **Custo de Arrendamento (Arr)** - corresponde à despesa realizada no decorrer de um ano agrícola em decorrência de arrendamento ou aluguel de áreas agrícolas de terceiros com fins produtivos, independentemente da existência de contratos legais ou da forma de pagamento (em espécie ou em produto).
- **Despesa Financeira (DF)** - corresponde a despesa realizada no decorrer do ano agrícola em decorrência do pagamento de juros e outras despesas (taxas, seguros, etc.) relacionadas a empréstimos e financiamentos em custeio e em investimento, tanto para agente legalmente reconhecido (estabelecimento bancário, agência de fomento, etc.) como para agente informal (parentes, vizinhos, etc.).
- **Impostos e Taxas (Imp)** - correspondem as despesas realizadas no decorrer de um ano agrícola em decorrência de impostos e taxas diretas e indiretas que afetam o estabelecimento agrícola. Os impostos e taxas podem estar relacionados a um bem ou fator de produção (Imposto Territorial Rural, IPVA, seguro, etc.) ou variando segundo o nível da atividade produtiva (ICMS, IR, contribuição sindical, etc.).
- **Custos em Salários e Encargos Sociais (S/E)** - correspondem as despesas realizadas no decorrer de um ano agrícola em salários e encargos sociais decorrentes da remuneração dos empregados (fixos ou temporários), independentemente de seu vínculo formal (existência de “carteira assinada” ou contrato de trabalho).
- **Renda Agrícola (RA)** - corresponde à parte da riqueza líquida que permanece no estabelecimento agrícola e que serve para remunerar o trabalho familiar e realizar investimentos, ou seja, o Valor Agregado Líquido descontado dos custos de Arrendamento (AR), de Despesas Financeiras (DF), de Impostos (I) e de Salários e encargos sociais (S).

$$\text{RA} = \text{VAL} - \text{AR} - \text{DF} - \text{I} - \text{S/E}$$

- **Receita Agrícola Líquida (RAL)** - corresponde a parte do Produto Bruto obtido no estabelecimento agrícola que tem como destino a comercialização e a venda para

terceiros, excluída as despesas com Custos em Salários e Encargos Sociais (S/E), Custo de Arrendamento (Arr), Impostos e Taxas (Imp) e Despesas Financeiras (DF).

$$\text{RecAL} = \text{PB} - \text{PBac} - \text{S/E} - \text{Imp} - \text{Arr} - \text{DF}$$

- **Rendas das Atividades Não-Agrícolas (RAÑA)** - correspondem às rendas auferidas pelo chefe ou por outros membros da família residentes no estabelecimento agrícola que tenham como origem atividades realizadas fora do estabelecimento, independentemente de sua frequência ou intensidade (prestações de serviços, atividades assalariadas, empreitadas, etc.).

$$\text{RAÑA} = \sum (\text{AÑA} * \text{Rem}) + \text{OB}$$

Onde:

AÑA é a quantidade de dias ou meses de realização de determinada atividade não-agrícola por ano;

Rem é a remuneração auferida por dia ou mês com a atividade não-agrícola realizada;

- **Rendas de Aposentadorias (RAPOS)** - correspondem as rendas decorrentes de benefícios de aposentadoria e pensões auferidos pelo chefe ou por outros membros da família residentes no estabelecimento agrícola no decorrer do ano agrícola.

$$\text{RAPOS} = \sum (\text{Temp} * \text{VBen})$$

Onde:

Temp é a quantidade (em meses) de recebimento do benefício de aposentadoria e pensões no ano;

VBen é o valor mensal em reais do benefício de aposentadoria e pensão.

- **Rendas de Outras Transferências Sociais (ROTS)** - correspondem as rendas decorrentes de transferências sociais de origem externa (Bolsas, auxílios sociais, indenizações públicas, subsídios em dinheiro ou produtos, seguro agrícola, etc.) auferidos pelo chefe ou por outros membros da família residentes no estabelecimento agrícola no decorrer do ano agrícola.

$$\text{ROTS} = \sum (\text{Temp} * \text{VBen})$$

Onde:

Temp é a quantidade de recebimento das transferências sociais no ano;

VBen é o valor unitário das transferências sociais em reais.

- **Rendas Externas (REx)** - correspondem as rendas não-agrícolas decorrentes de receitas não agrícolas (arrendamentos recebidos, receitas de aluguel, rendimentos financeiros, doações, heranças, etc.) auferidos pelo chefe ou por outros membros da família residentes no estabelecimento agrícola no decorrer do ano agrícola.

$$\text{REx} = \sum (\text{Temp} * \text{VBen})$$

Onde:

Temp é a quantidade de recebimento das rendas externas não-agrícolas no ano;

VBen é o valor unitário em reais das rendas externas.

- **Renda Total (RT)** - corresponde à soma da totalidade de rendas agrícolas e não-agrícolas auferidas pelo chefe e pelos demais membros da família residentes na UPA, ou seja, o somatório da Renda Agrícola (RA) com as rendas oriundas de atividades não-agrícolas (RAÑA), com as rendas de aposentadoria (RAPOS), com as rendas de outras transferências sociais (ROTS) e com as rendas externas (REx).

$$RT = RA + RAÑA + RAPOS + ROTS + REx$$

A lista dos indicadores combinados utilizados é a seguinte:

- **SADT / ST** - Corresponde a uma avaliação da contribuição da prática do arrendamento para a constituição da superfície total do estabelecimento agrícola. Busca avaliar a importância do arrendamento de áreas de terceiros, em termos de superfície, para o estabelecimento agrícola.
- **SDTCU / Spro** - Corresponde a uma avaliação da contribuição e importância da área disponibilizada por terceiros como cessão de uso em relação à superfície própria.
- **SAU/ST** - Corresponde a uma avaliação da disponibilidade da Superfície Agrícola Útil em relação a superfície total.
- **SAU/UTH** - Corresponde a superfície agrícola útil disponível por unidade de trabalho e mede a intensidade do emprego da mão-de-obra no estabelecimento rural, quanto maior for o seu valor menor será a intensidade do trabalho nesta unidade de produção.
- **Mata nativa/ST** - Corresponde ao grau de ocupação da Superfície total com áreas de mata nativa.
- **SAUpas / SAUt** - Corresponde ao grau de utilização da Superfície Agrícola Útil com pastagens. Busca avaliar a importância, em termos de ocupação da SAU, das pastagens no estabelecimento agrícola.
- **SAU past. C.N/SAU past. Total** - Corresponde ao grau de utilização da Superfície Agrícola Útil com pastagens com campo nativo.
- **CI/PBT** - que corresponde em termos percentuais, à relação entre os insumos e serviços adquiridos de outros agentes econômicos destinados a formação final do

produto bruto do estabelecimento agrícola. Proporciona avaliar ao grau de mercantilização entre os diferentes sistemas de produção.

- **UTHf / UTHt** - corresponde ao grau de participação da mão de obra familiar em relação as necessidades totais em mão de obra do estabelecimento agrícola. Busca avaliar a importância da participação da mão de obra familiar.
- **VAL/SAU** - Corresponde a contribuição de cada unidade de área em termos de Valor Agregado. Busca avaliar a capacidade de geração de riqueza da área do estabelecimento agrícola. Proporciona indicador que permite avaliar a produtividade da terra no estabelecimento agrícola.
- **VAL/UTHt** - Corresponde a contribuição de cada unidade de trabalho homem em termos de Valor Agregado. Busca avaliar a capacidade de geração de riqueza da mão de obra empregada no estabelecimento agrícola. Proporciona indicador que permite avaliar a produtividade do trabalho no estabelecimento agrícola.
- **RA/SAU** - Corresponde a contribuição de cada unidade de área em termos de Renda Agrícola. Busca avaliar a capacidade de geração de renda agrícola da área do estabelecimento agrícola. Proporciona indicador que permite avaliar o rendimento da terra no estabelecimento agrícola.
- **RA/UTHt** - Corresponde a contribuição de cada unidade de trabalho homem em termos de Renda Agrícola. Busca avaliar a capacidade de geração de renda agrícola da mão de obra empregada no estabelecimento agrícola. Proporciona indicador que permite avaliar o rendimento do trabalho no estabelecimento agrícola.
- **RT/UTHt** – Corresponde a Renda Total por unidade de trabalho. Busca avaliar a rentabilidade (ou a remuneração) do trabalho obtida no estabelecimento rural ou fora dele.
- **RA/UTHf** - Corresponde a Renda Agrícola por unidade de trabalho familiar. Busca avaliar a rentabilidade (ou remuneração) da mão-de-obra da familiar obtida no estabelecimento rural.
- **PB animal/ PB total** – Corresponde a avaliação da participação do Produto Bruto gerado pela produção animal em relação ao Produto Bruto total.
- **PB vegetal/ PB total** - Corresponde a avaliação da participação do Produto Bruto gerado pela produção vegetal em relação ao Produto Bruto total.
- **PB ac/ PB comerc** – Corresponde a avaliação da relação entre o Produto Bruto do autoconsumo da família com o Produto Bruto comercializado. Busca avaliar a

importância das atividades de produção destinadas ao autoconsumo da família em relação

- **RAÑA / RT** - Corresponde a contribuição das Rendas Não-Agrícolas para a formação da Renda Total. Busca avaliar a contribuição das Rendas Não-Agrícolas a formação da Renda Total.
- **RAPOS / RT** - Corresponde a contribuição das Rendas das Aposentadorias para a formação da Renda Total.
- **(RAÑA + RAPOS)/RT** - Corresponde a contribuição das Rendas Não-Agrícolas para e das Rendas das Aposentadorias na formação da Renda Total.

4. O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO E OS PROCESSOS SOCIOECONÔMICOS E NATURAIS DE SÃO FRANCISCO DE PAULA

O objetivo desse capítulo é retratar o universo empírico do município em questão. Para a realização desta pesquisa foi escolhido um local chamado Cerrito, situado no distrito sede do município de São Francisco de Paula, o qual é cortado pela RS 110, trecho entre a sede do município e a localidade de Várzea do Cedro, sendo o acesso somente por estrada de chão batido.

4.1 Evolução dos aspectos históricos do município de São Francisco de Paula/RS

Os primeiros habitantes de São Francisco de Paula foram os índios Caáguas ou Caaguarás, os quais faziam parte dos Coroados, cujos domínios eram sobre as Serras do Mar e Geral. Eram pacíficos caçadores e pescadores, habitantes de cavernas naturais ou cavadas, respeitavam a natureza e alimentavam-se também de frutos e sementes. Teixeira (2002) afirma que “com as incursões dos bandeirantes rumo ao sul do Brasil, terminaram como presas fáceis dos paulistas de Sorocaba que fizeram destes índios mão de obra escrava” o que durou até por volta de 1700, quando estavam quase exterminados por doenças e pelas caçadas dos próprios bandeirantes.

No entanto, em torno do dos anos de 1800, outros como paulistas e lagunistas desceram para o sul, devido à expansão das minerações na região dos Gerais, com o objetivo de buscar mulas para os mineradores. São Francisco de Paula localiza-se no caminho das tropas que saíam de Palmares do Sul, passando por Santo Antônio da Patrulha, até chegar ao planalto, atravessando os Campos de Cima da Serra, seguindo por Lages, até Sorocaba. Este transitar de tropeiros deu início a ocupação do local, sendo o capitão Pedro da Silva Chaves, português, natural de Lisboa, estabelecido em Itu/SP, quem iniciou o povoado sede do município ao doar (ele ou seus herdeiros) uma área de terra para construir uma igreja, cujo padroeiro era São Francisco de Paula de quem era devoto (COMIM, 2011; TEIXEIRA, 2002).

Há ainda que salientar que o elemento nascido e criado no município recebe o adjetivo gentílico de “serrano” para denominar o gaúcho destes pagos, que segundo Teixeira (2002), foi de origem lusa (açorianos) e descendente de paulistas, havendo também descendentes de italianos e alemães constituindo seu povo. Segundo a autora, as características da população

do município estudado estão significativamente entrelaçadas às suas tradições conforme explicita:

“São Francisco de Paula é um município cujo povo tem um arraigamento profundo às tradições gaúchas transportando este ao viver cotidiano. Esta condição torna o nosso povo diferenciado. Assim, na medida em que somos pródigos em belezas naturais também o somos em tradições. Estas duas condições fazem reconhecer a veracidade de que a gente serrana é bela por dentro e por fora. As raízes gaúchas estão fortemente marcadas na comunidade, seja pelo modo de vestir (muitos preferem vestir-se com bombacha, botas, cinturões, chapéus e, no inverno com pala) pela preferência por comidas campeiras (charque, churrasco, arroz de carreteiro, feijão mexido), pelo respeito ao animal cavalo e do gosto em cavalgar”. (TEIXEIRA, 2002, p. 83).

Ainda de acordo com Teixeira (2002), no ano de 1809 a Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul, Estado do Rio Grande do Sul hoje, dividia-se em apenas quatro grandes municípios, a saber: Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha, esse último era constituído da Vila de Santo Antônio da Patrulha, a qual era a sede do Município das freguesias de Nossa Senhora da Conceição do Arroio, Nossa Senhora da Oliveira da Vacaria e do povoado de Cima da Serra, que constituíram os municípios de Osório, Vacaria e São Francisco de Paula respectivamente. Também do nosso município mãe as capelas de Santa Cristina do Pinhal e São Domingos das Torres. Não se sabe quando aconteceu a denominação de Capela para São Francisco de Paula. Sabe-se apenas que em 1835 era essa a sua denominação e que já existia uma igreja. Em 1852, a Capela de Cima da Serra passou a ser a Freguesia de Cima da Serra, mas ainda pertencia a Santo Antônio da Patrulha.

Em 1878 passou à categoria de Vila, passando a chamar-se São Francisco de Paula de Cima da Serra, denominação que foi modificada por volta de 1930 quando perdeu Cima da Serra, passando a ser somente São Francisco de Paula. Em 1889, o município foi extinto e anexado ao de Taquara do Mundo Novo (atual município de Taquara) e, no mesmo ano, voltou a tornar-se município por revogação da lei pelo Governador do Estado. Porém, em 1892, este era extinto e anexado novamente a Taquara do Mundo Novo até que, finalmente, em 1903, é definitivamente restabelecido o município de São Francisco de Paula de Cima da Serra. Ainda era um município cuja extensão territorial era muito extensa. Até 1940, o município de São Marcos e as localidades de Fazenda Souza, Vila Seca e Vila Oliva, que hoje pertencem a Caxias do Sul, faziam parte do município de São Francisco de Paula. Cambará do Sul e Jaquirana também pertenceram ao município, mas emanciparam-se em 1963 e 1987 respectivamente (TEIXEIRA, 2002, p. 21-23).

Embora tenha passado por muitas anexações e desanexações com municípios vizinhos, atribuídos a questões políticas e econômicas, o município, em 23 de dezembro de 1902, foi restabelecido e, somente após 1930, teve o seu primeiro Prefeito, uma vez que até 1931, o cargo do primeiro governante chamava-se “Intendente” (TEIXEIRA, 2002, p. 21-25).

No que diz respeito aos aspectos históricos relacionados com a introdução do gado nos Campos de Cima da Serra, Ambrosini (2007) apresenta os sistemas agrários existentes. Primeiramente indígenas habitaram a região (este é o sistema agrário indígena até 1700 DC aproximadamente), os quais se dedicavam à caça, pesca e coleta de sementes, dentre estas, o pinhão. Mas como em todo o litoral da América do Sul, nenhum dos animais da região dos Campos de Cima da Serra foi domesticado para outros fins, apenas como animais para estimação. Houve domesticação vegetal importante do milho e da mandioca o que influenciou na expansão da agricultura (AMBROSINI, 2007).

Segundo Ambrosini (2007), o sistema agrário seguinte, O Sistema Agrário das Sesmarias (1760-1860) iniciou com o surgimento da Vacaria dos Pinhais, na região onde hoje é o município de Vacaria, colonizado inicialmente por indígenas nômades e, posteriormente, por não indígenas, embora não tenham determinado o fim destes. Existia na região da Campanha e dos campos do Uruguai, na época, a Vacaria do Mar, onde existia grande reservas de gado de indígenas e jesuítas, utilizados para as Missões Jesuíticas. Portugueses e espanhóis por ali faziam incursões para roubar gado (PESAVENTO, 1997 *apud* AMBROSINI, 2007). Ainda segundo a mesma autora (2007), dois eventos foram importantes para a formação do rebanho de gado nos Campos de Cima da Serra: o interesse por mulas que precisavam ser levadas para o centro do Brasil (Minas Gerais), também a “caçada” de índios para substituir a mão de obra escrava, inicialmente nas Missões Guaraníticas (LOPEZ, 1991; RODRIGUES, 1988; SOUZA, 2004, *apud* AMBROSINI, 2007).

As tentativas de catequizar os índios nos Campos de Cima da Serra feita pelos jesuítas espanhóis resultou infrutífera mas facilitou o conhecimento da região por eles e, foi então, que decidiram transferir-se de Vacaria do Mar para Vacaria dos Pinhais, estabelecendo-se ali e com os campos sendo fechados através de derrubada de árvores. Os campos eram propícios para a criação de gado, e cercados pelos limites a oeste pelo Mato Português, a leste pelos Aparados da Serra e ao sul e ao norte, pelos rios Pelotas e Antas. Este gado somou-se ao já existente número de 100 mil cabeças (FLORES, 1986; Oliveira, 2004 *apud* AMBROSINI, 2007).

Ainda no Sistema Agrário das Sesmarias (1760 a 1860), os primeiros colonizadores foram os que participaram das tropeadas que vieram atraídos pelas pastagens e pelo gado

solto que existia na região, onde ainda existiam índios. As divisões dos campos se davam através dos acidentes geográficos (rios, sangas, ou arroios, por exemplo). O principal produto desse sistema era o couro, uma vez que a principal atividade era a pecuária extensiva, as lavouras eram apenas de subsistência dos estancieiros, peões e escravos. O manejo dos campos era feito com fogo como estratégia de limpeza dos capins engrossados pelo inverno. Nesse momento iniciou a consolidação da pecuária de corte de forma extensiva sobre grandes áreas, juntamente com seus os traços culturais da região (AMBROSINI, 2007).

O Sistema Agrário seguinte, denominado por Ambrosini (2007) de Tropeirismo Regional (1860 a 1940), continuou tendo como base a criação extensiva de gado para abastecer o centro do país, mas as trocas com o colonizadores estrangeiros começaram a acontecer. Outros animais começaram a ser criados para o consumo familiar. O gado passou a ser marcado com ferro quente para identificação, e também já se utilizava castração de machos. O sal começava a ser usado na dieta bovina. Os estabelecimentos já dispunham de mangueiras e cercas divisórias de campo começavam a ser utilizadas. A pecuária de corte no Sistema Agrário Atual (1950 a ...) continua sendo praticada mantendo muitas características produtivas de antigamente, sendo também a base econômica em alguns dos municípios dos Campos de Cima da Serra, onde São Francisco de Paula é um deles. (AMBROSINI, 2007)

4.2 Aspectos naturais

O município de São Francisco de Paula pertence a Serra Geral e do Mar e o seu ponto mais alto é o morro do Cerrito, com 1083 metros de altitude, local onde se realizou essa pesquisa. Sua área é formada por áreas de campos limpos e de florestas remanescentes. Segundo Teixeira (2002), o seu relevo é caracterizado como sendo mais ou menos uniforme, com ondulações pronunciadas (coxilhas) e com aflorações rochosas. A formação geológica do município e a ação climática ao longo dos anos resultaram na formação de um solo cambissolo e neossolo (SEPLAG, 2005). Esses tipos de solo são pouco profundos e cascalhados, com permeabilidade muito baixa o que pode facilitar a ocorrência de erosões, portanto, tem baixa indicação para uso agrícola, mas favorável à pecuária sobre pastagens naturais.

A maior parte da área do município é coberta por vegetação típica dos Campos de Cima da Serra, sendo constituída de gramíneas que no inverno entram em processo de dessecação devido às baixas temperaturas (geadas e até mesmo neve). À margem de rios e arroios, bem com nas encostas e vales, aparece a Mata Atlântica, surgindo em meio aos

campos capões onde predomina a presença de araucárias (*Araucária augustifolia*) (PAM, 2008, citado por COMIM, 2011).

O clima do município, segundo a classificação de Koeppen, é do tipo “C”, mesotérmico subtropical, às vezes úmido. As temperaturas oscilam entre 18° C (Celsius) e -3° C. No inverno é comum a presença de geadas e às vezes de neve. As chuvas são distribuídas e é comum a cerração (neblina) (TEIXEIRA, 2002, p. 44)

A região que pertence o município é uma das mais frias do estado, com invernos rigorosos e verão de temperatura agradável (AMBROSINI, 2007).

4.3 Aspectos socioeconômicos, dinâmica populacional e situação fundiária

Segundo o Censo Populacional (IBGE, 2010) o número total de habitantes diminuiu nas últimas cinco décadas no município, conforme pode ser visualizado na Tabela 1. Observa-se um aumento da população residindo no meio urbano do município, em contrapartida, o meio rural tem reduzido de modo crescente e significativo sua população.

Tabela 1 - Evolução da população rural e urbana em São Francisco de Paula, RS.

	1970	%	1980	%	1991	%	2000	%	2010	%
Urbana	7.074	22,24	9.899	42,78	11.191	58,13	12.269	62,2	13.004	63,32
Rural	24.731	77,76	13.238	57,22	8.060	41,87	7.456	37,8	7.533	36,68
Total	31.805	100	23.137	100	19.251	100	19.725	100	20.537	100

Fonte: IBGE (Censos demográficos, 1970 – 2010).

A redução da população rural do município concentra sua maior queda entre as décadas de 70 e 80, podendo estar relacionada ao processo de modernização da agricultura, incentivado pela Revolução Verde. Contudo, no período compreendido entre as décadas de 80 e 90, a redução da população rural pode ser compreendida pela emancipação do atual município de Jaquirana (1988). Atualmente, São Francisco de Paula conta uma população total de 20.537 habitantes, onde 63,32% residem no meio urbano e 36,68 no meio rural (IBGE, 2010).

Em termos de desenvolvimento social e econômico, o município apresentou para o ano de 2009 seu Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE)⁴ em 0,666, encontrando-se em 333º lugar dentre os municípios do estado (Tabela 2). No

⁴ Idese é um índice classificado da seguinte forma: baixo (índices até 0,499), médio (entre 0,500 e 0,799) ou alto (maiores ou iguais a 0,800) (FEE, 2009).

desmembramento desse indicador, o município encontra-se classificado com médio desenvolvimento nos indicadores de renda (0,667) e saúde (0,793), apesar de estar alocado próximo ao extremo final do ranking estadual. Por outro lado, o valor relacionado a saneamento e domicílios (0,372) é considerado baixo.

Tabela 2 - Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese) de São Francisco de Paula, e classificação segundo o Idese geral – 2009.

Educação		Renda		Saneamento e Domicílios		Saúde		IDESE	
Índice	Ordem	Índice	Ordem	Índice	Ordem	Índice	Ordem	Índice	Ordem
0,831	390°	0,667	307°	0,372	234°	0,793	495°	0,666	333°

Fonte: FEE (2009).

No que diz respeito ao PIB municipal, São Francisco de Paula atinge um total de R\$ 326.804,00 encontrando-se em 111° no estado (Tabela 3). No entanto, fica em 285° lugar com o PIB *per capita*, totalizando R\$ 15.911, inferior a média do estado (FEE, 2009).

Quanto ao Valor Agregado Bruto (VAB), é possível observar que o VAB agropecuário é inferior apenas para o VAB serviços, ou seja, a produção agropecuária influencia 40% sobre a economia municipal.

Tabela 3- Produto Interno Bruto (PIB) total e *per capita*, estrutura do Valor Adicionado Bruto (VAB) de São Francisco de Paula - 2010

Município	PIB		PIB <i>per capita</i>		Estrutura do VAB (%)		
	R\$	Posto	R\$	Posto	Agropecuária	Indústria	Serviços
São Francisco de Paula	326.804	111°	15.911	285°	40,05	11,82	48,14
Rio Grande do Sul	252.482.597	-	23.606	-	8,69	29,21	62,10

Fonte: FEE (2010).

De acordo com o Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2006), o município possui um total de 1.447 estabelecimentos agropecuários distribuídos em distintos estratos de tamanho conforme apresentado na Tabela 4. Quase metade dos estabelecimentos (46,99%) possui entre 10 e 50 hectares, ou seja, há um predomínio de pequenas propriedades rurais, onde encontram-se os agricultores familiares. Entretanto, apesar desse predomínio, esses estabelecimentos ocupam uma área muito pequena do município, chegando à apenas 5,73% da área total.

Tabela 4 – Estrutura fundiária do município de São Francisco de Paula.

Grupos de área total	Número de estabelecimentos	% estabelecimentos	Área dos estabelecimentos (ha)	% área
< de 10 ha	166	12,64	811	0,38
10 a 50 ha	617	46,99	12282	5,73
50 a 100 ha	210	15,99	14.607	6,81
100 a 200 ha	189	14,39	25.583	11,92
200 a 500 ha	186	14,17	56.646	26,4
500 a 1000 ha	76	5,79	52.558	24,5
1000 a 2500 ha	29	2,21	39.932	18,61
2500 ha e mais	4	0,3	12.939	6,03
Total	1.447	100	215.358	100

Fonte: IBGE (Censo agropecuário – 2006).

Em contrapartida, um pequeno grupo de 8,3% dos estabelecimentos com área entre 500 a mais de 2500 hectares ocupa metade da área total, atingindo 49,14%. Além disso, o que chama a atenção é que com 2.500 ha ou mais existem apenas quatro estabelecimentos, o que corresponde a 6,03% da área total do município (IBGE, 2006).

4.4 Aspectos produtivos

A utilização da terra no município tem sofrido alterações nos últimos anos. Em um passado recente, a pecuária era uma atividade de significativa importância econômica afirma Teixeira (2002). Ainda segundo a autora, é possível observar a centralidade da pecuária nos estabelecimentos rurais:

“Em muitas casas existiam lavouras com as mais variadas plantações (feijão, milho, batata-inglesa, moranga, hortaliças, etc), como também várias árvores frutíferas. [...] A maioria dos fazendeiros tiravam, manualmente, o leite, com o qual também faziam, queijo, requeijão, nata e coalhada. [...] Além do gado bovino, criavam, nas fazendas, cavalos, ovelhas, porcos, galinhas e outros animais domésticos. [...] As fazendas eram muito extensas e o gado, muitas vezes, xucro, sendo que cada proprietário identificava o seu gado com uma marca queimada no couro do animal e com um sinal peculiar na orelha do bicho” (TEIXEIRA, 2002, p. 77-79)

Mais recentemente, também sob a égide da modernização da agricultura e com vistas a inserção nos mercados formais, sofrendo as influências da mercantilização, percebe-se um novo quadro de atividades produtivas, explicitadas na tabela a seguir (Tabela 5).

Tabela 5 – Formas de utilização da terra no município de São Francisco de Paula – 2006.

Grupos de atividade econômica	Número de estabelecimentos agropecuários	%	Área dos estabelecimentos agropecuários (ha)	%
Lavoura temporária	238	18,13	15.961	7,44
Horticultura e floricultura	96	7,31	5.036	2,35
Lavoura permanente	45	3,43	2.355	1,1
Pecuária e criação de outros animais	846	64,43	163.966	76,42
Produção florestal - florestas plantadas	87	6,63	27.183	12,67
Produção florestal - florestas nativas	1	0,08	-	-
Total	1.313	100	214.546	100

Fonte: IBGE (2006).

Este quadro demonstra que a pecuária e a criação de outros animais predomina no município tanto em número de estabelecimentos (64,43%) como em área (76,42%), e correspondendo 846 estabelecimentos. Também é observado que as lavouras temporárias e permanentes, bem como a horticultura e floricultura ocupam 10,89% se somadas, sobrando a fatia restante para a produção florestal (12,67%). A Tabela 6 apresenta de forma detalhada a evolução dos rebanhos bovinos, equinos, suínos e ovinos.

Tabela 6 – Número de animais por categoria animal no município de São Francisco de Paula.

Tipo de rebanho	1980	1990	2000	2011
Bovino	168.200	122.530	115.000	122.202
Equino	7.700	5.520	5.800	3.680
Suíno	16.800	11.009	12.050	3.633
Ovino	10.855	15.100	17.500	8.111

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal (2011).

Analisando cada rebanho em separado, pode-se afirmar que houve um decréscimo do número de animais entre os anos de 1980 e 2011, essa queda pode estar atrelada a redução da população rural responsável pela criação desses animais e pela expansão de outras atividades produtivas. Entretanto, o rebanho bovino permanece predominante entre a criação de animais, com 122.202 mil cabeças. No que diz respeito aos demais rebanhos, o equino totaliza um montante aproximado de 3.680 animais e o ovino 8.111, possuindo também cerca de 3.633 suínos (IBGE, 2000). A tabela a seguir apresenta o número de estabelecimentos nos distintos

estratos de tamanho e número que realiza a atividade pecuária e a criação de outros animais (Tabela 7).

Tabela 7 – Número de estabelecimentos com atividade pecuária e criação de outros animais – 2006.

Tamanho (ha)	Total	Com animais	% com animais
< de 10 há	166	71	42,8
10 a 50 há	617	234	37,9
50 a 100 há	210	138	65,7
100 a200 há	189	151	79,9
200 a500 há	186	167	89,8
500 a1000 ha	76	57	75,0
1000 a 2500 ha	29	24	82,8
2500 ha e mais	4	1	25,0
Total	1477	843	-

Fonte: IBGE (2006).

Diante da tabela acima é possível observar que a criação pecuária e de outros animais está presente nos distintos estratos de terra. Apenas 37,9% dos estabelecimentos do estrato entre 10 a 50 hectares desenvolvem a atividade pecuária e a criação de outros animais, apesar de ser o estrato com maior número de propriedades. Os estabelecimentos entre 100 e 2500 hectares são aqueles com maior proporção de propriedades que realizam a criação de animais.

5. A MERCANTILIZAÇÃO DA PECUÁRIA DE CORTE EM SÃO FRANCISCO DE PAULA

O objetivo desse capítulo é analisar as estratégias de interação dos pecuaristas de corte de investigados com os mercados dos produtos e serviços, além de examinar em que medida a mercantilização, associada a vínculos mercantis nas relações de produção e trabalho, transformou os sistemas produtivos desses pecuaristas. Conforme já descrito no capítulo metodológico, os sistemas produtivos investigados são constituídos por um estabelecimento representativo da pecuária familiar e outro da pecuária patronal.

5.1 Estrutura familiar e força de trabalho

Essa seção trata de analisar a estrutura familiar e a força de trabalho, procurando, com isso, identificar alguns fatores que possam fazer as primeiras aproximações com o ambiente mercantil no diz respeito ao processo de produção. Assim, a organização do processo produtivo depende, necessariamente, da disponibilidade de mão de obra, seja ela familiar ou contratada.

Quanto ao que corresponde à constituição da família, conforme as informações da tabela 8, verifica-se que a pecuária familiar é constituído por 6 membros, sendo o casal de pais com idades de 53 anos (esposo) e 41 anos (esposa), além de três filhas com idades de 22, 20 e 13, e um filho de 25 anos. Destes, reside na propriedade apenas a filha de 13 anos, estudante do Ensino Fundamental. Segundo o titular:

“Os outros filhos não tiveram a mesma sorte de poder estudar e morar na propriedade, pois o transporte escolar não existia. A gurizada tinha que sair para estudar, ir para a cidade, para a casa de tios ou avós. As gurias fizeram o segundo grau. Uma delas tá na faculdade. Nós fazemos o que podemos para ajudar os filhos. Estudando eles se preparam para a vida”. (Entrevista – pecuarista familiar).

Tabela 8 - Idade, sexo e número de membros na família dos pecuaristas de corte investigados.

Idade	Pecuária Familiar			Pecuária Patronal		
	Membros (nº)	Masc. (nº)	Femi. (nº)	Membros (nº)	Masc. (nº)	Femi. (nº)
Até 10	-	-	-	1	1	-
11 a 18	1	-	1	1	-	1
19 a 30	3	1	2	1	-	1
31 a 50	1	-	1	2	1	1
51 a 59	1	1	-	-	-	-
60 ou mais	-	-	-	-	-	-
Total	6	2	4	5	2	3

Fonte: pesquisa de campo (2013).

Em relação à pecuária patronal, a família é constituída por cinco membros, sendo o casal, com idade de 46 anos (esposo) e 41 anos (esposa). Residem no estabelecimento também um filho com 2 anos e uma filha com 14 anos. A filha mais velha, com idade de 19 anos, mora na cidade onde frequenta a faculdade.

Na tabela 9 é possível perceber a força de trabalho em ambos os estabelecimentos, considerando a mão de obra (UTH) existente.

Tabela 9- Estratificação da Unidade Trabalho Familiar (UTH f), Total (UTH t) e Contratada (UTHc) da pecuária de corte.

Indicador	Unid.	Pecuária Familiar	Pecuária Patronal
Mão de Obra TOTAL	UTH	2,3	4
Mão de Obra Contratada	UTH	0	1,75
Mão de Obra Familiar	UTH	2,3	1,75
UTH f / UTH t	%	100	50

Fonte: pesquisa de campo (2013).

No caso do estabelecimento familiar, se verifica que a relação UTHf/UTHt que é de 100%, o que significa que não existe mão de obra contratada, revelando que esse estabelecimento é essencialmente familiar. Esse resultado corrobora com o trabalho de Neske (2009), no qual o autor, no seu estudo no sul do Rio Grande do Sul, constata que os pecuaristas familiares fazem uso e são dependentes da mão de obra familiar.

Já no caso do estabelecimento patronal, a relação UTHf/UTHt é 50%, indicando que metade da mão de obra existente no estabelecimento, é mão de obra contratada.

Diferentemente da pecuária familiar, a pecuária patronal é dependente da contratação de serviços de trabalho assalariado, o que indica um processo de externalidade.

5.2 Formas de uso da terra

No que diz respeito ao uso da terra, conforme a tabela 10, os estabelecimentos apresentam aspectos diferenciais, a começar pela Superfície Total (ST). O estabelecimento patronal é em torno de 15 vezes maior que o estabelecimento familiar, fato que se repete em relação à Superfície Agrícola (SAU). Outro aspecto diferencial é área própria, sendo que a estabelecimento familiar é quase 10 vezes menor que o patronal. Porém a relação SAU/ST são quase equivalentes, 79,1% no estabelecimento familiar e 80% no patronal, o que demonstra um aproveitamento importante no uso da terra em ambos os estabelecimentos.

Tabela 10 - Formas de uso da terra entre os sistemas de produção analisados.

Indicador	Unid.	Pecuária Familiar	Pecuária Patronal
Superfície Total - ST	ha	73	1149
Superfície Agrícola Útil - SAU	ha	57,8	921,5
Área própria	ha	73	702
Área arrendada	ha	0	447
SAU/ST	%	79,1	80
Mata nativa/ST	%	16	13
Área de lavoura	ha	2,8	0,5
Área de pastagem nativa	ha	50	816
Área de pastagem cultivada	ha	2,8	105
Área de pastagem cultivada/SAU	%	4,8	11,3

Fonte: pesquisa de campo (2013).

Importante também é destacar as áreas de pastagens, onde o pecuarista familiar possui um área de 50 ha de pastagem nativa, e 5 ha de pastagem de inverno (azevém e aveia), cultivada em sucessão com lavouras de verão (milho e feijão). A área de pastagem cultivada em relação à SAU é 4,8 %, o que indica que a principal fonte de alimentação dos animais é a pastagem nativa, existindo, assim uma grande dependência do sistema produtivo da pastagem nativa.

Por outro lado, no caso da pecuária patronal, a área de pastagem nativa é 816 ha e de pastagem cultivada 105 ha, o que representa 11,3% em relação à SAU. Apesar da base da

alimentação ser a pastagem nativa, os 105 ha de pastagem cultivada indicam uma maior inserção aos mercados de insumos (sementes, adubos, combustível), o que torna o pecuarista patronal mais mercantilizado nesse aspecto quando comparado com o pecuarista familiar. Além disso, a mercantilização também ocorre através do arrendamento da terra, pois dos 702 ha de área própria, 447 ha são áreas de arrendamento, o que equivale a 63,3% da S.T.

5.3 Mercantilização e externalização dos sistemas de produção

A mercantilização, de acordo com Ploeg (1993), exerce forças externas sobre os agricultores e, apesar das tendências homogeneizantes da modernização da agricultura e da consequente adoção de pacotes tecnológicos apregoados por esta, atinge tais atores em diferentes graus de externalização antes, dentro e depois da porteira conforme os estilos de agriculturas adotados. Nesse sentido, essa seção procura analisar como o processo de mercantilização atua no sistema produtivo, o que permite marcar a diferenciação socioeconômica entre os pecuaristas a partir das diferentes formas que estão vinculados aos mercados.

O indicador CI/CBT (Tabela 11) oferece as condições para a análise do grau de integração dos pecuaristas e a dependência ou não dos mesmos aos mercados de produtos e serviços, além de permitir verificar em que medida a mercantilização afeta as relações de produção. Assim, a tabela 11 resume os efeitos que os diferentes consumos intermediários (cultivos, criações, manutenção) têm sobre as relações de externalização (CI/PBT) do processo produtivo.

Tabela 11- Externalização (CI/PBT) e Consumo Intermediário (C.I) dos sistemas de produção da pecuária de corte.

Indicador	Pecuária Familiar		Pecuária Patronal	
	R\$	%	R\$	%
Externalização- CI/PBT	-	11,7	-	28,7
C.I. - Cultivos	4913	47,3	25832,5	29,4
C.I. Criações	2256	21,7	41282,6	47,0
C.I. - Manutenção	3208,1	30,9	20700	23,6
Total do CI	10377,1	100	87815,1	100

Fonte: pesquisa de campo (2013).

O que se observa pela tabela 11 é que existe uma diferenciação em termos de graus de mercantilização entre os pecuaristas familiares, pois enquanto a pecuária familiar possui um

índice de 11% do CI/PBT, na pecuária patronal esse índice é de 28,7%, ou seja, praticamente três vezes mais. O valor encontrado do CI/PBT para o caso da pecuária familiar é semelhante aos valores encontrados por Neske (2009) no seu estudo com pecuaristas familiares. Segundo Neske (2009), de alguma forma, a mercantilização é necessária para a reprodução social dos pecuaristas familiares, porém, “o que se observa são valores relativamente baixos referentes à necessidade de mobilização de recursos para o processo produtivo via trocas mercantis” (NESKE, 2009, p. 114).

O maior valor percentual na formação do C.I. total na pecuária familiar se deve ao C.I. dos Cultivos (47%), seguido pelo C.I. da Manutenção (30,9), e, o C.I. das Criações, apresenta o menor valor com 21,7%. Os maiores valores do C.I. com cultivos está mais relacionado com a formação de pastagem para aos animais no período de inverno, onde o produtor utiliza a pastagem de azevém, como também no verão com o cultivo de milho (principalmente), pois no inverno que é o período de maior escassez de alimentos, os animais são suplementados com milho. A demanda por alimentos para os animais torna-se maior devido ao fato do produtor ser produtor de queijo “artesanal”, o que requer uma produção de leite durante todo o ano.

Porém, o baixo valor do índice CI/PBT verificado na pecuária familiar se, por um lado, representa uma baixa externalização do processo produtivo, por outro, isso se deve a grande dependência que o sistema produtivo tem da pastagem nativa, conforme mencionada na seção anterior. Nesse sentido, corrobore-se com Neske (2009) quando afirma:

“[...] a pastagem nativa representa um valioso recurso renovável e gratuito, representando a principal “troca” com a natureza que contribui para gerar situações de autonomia (diminuição da externalização) no processo produtivo”. (NESKE, 2009, p. 117).

Além da importância da pastagem nativa para a alimentação dos animais, o pecuarista procura diminuir a externalização produtiva procurando aproveitar os recursos produtivos que têm a disposição no interior do estabelecimento. Conforme afirma o pecuarista:

“Eu procuro aproveitar tudo, resteva de milho, esterco para produzir mais e gastar menos. Também colho semente de azevém para plantar no ano seguinte e de aveia também. Isso barateia o custo”. (Entrevista- pecuarista familiar).

A partir desse depoimento, percebe-se a existência de escolhas com base na noção de gestão do pecuarista que, embora inserido no mercado, visa diminuir a dependência deste. Esse processo de aproveitamento dos recursos disponíveis dentro da “porteira” acaba por

desmercantilizar algumas etapas do processo produtivo de acordo com Ploeg (2008), citado por Neske (2009), o que cria um fluxo produtivo relativamente autônomo do mercado.

Por outro lado, o alto valor do CI/PBT da pecuária patronal indica que o sistema produtivo possui relações mais intensas e dependentes com os mercados, sendo dependente de maiores necessidades de insumos externos necessários à formação do produto bruto final do estabelecimento. O C.I. das criações responde pelo maior valor na formação do C.I. total, com R\$ 41282,5 (47%), seguido pelo C.I. dos cultivos com R\$ 25832,5 (29,4%) e o C.I. da manutenção com R\$ 20700,00 (23,6%), sendo que o valor total do C.I. anual foi R\$ 87.815,1.

Os cultivos (pastagem cultivada) no estabelecimento patronal são voltados para a produção de animais que são criados no sistema de recria e terminação. Assim, pelo tipo de sistema de criação praticado, a exigência em alimentação é elevada em todas as épocas do ano, e a pastagem nativa acaba cedendo espaço para pastagens cultivadas na tentativa obter um maior rendimento produtivo necessário à alimentação dos animais. Desse modo, o produtor acaba investindo na formação de áreas grandes de pastagens cultivadas (105 ha) com o uso de tecnologias (semente, adubo, etc) de “ponta”, visando a obtenção melhor produção das pastagens. O relato a seguir permite entender um pouco essa racionalidade produtiva do pecuarista patronal:

“Procuro fornecedores de qualidade e semente boa, mesmo com preços um pouquinho mais altos porque tenho que ter o máximo possível de qualidade de pastagem. Também nos produtos que uso para o gado, procuro os mais respeitados no mercado”. (Entrevista – pecuarista patronal).

Na entrevista acima se percebe a preocupação com o resultado positivo da produção da pastagem cultivada, o que também se reflete na busca pela otimização da produção animal.

5.4 Rendas e remuneração no ambiente produtivo mercantilizado

A tabela 12 se constitui de indicadores que medem o rendimento e a remuneração dos pecuaristas estudados. Sua análise, bem como sua associação com a tabela anterior (Tabela 11) permite que se tenha uma visão das externalizações, ou seja, dos gastos com insumos e serviços antes da “porteira”, e quais os resultados econômicos depois dela. Portanto, embora os rendimentos econômicos tenham relações antes da “porteira”, a sua avaliação se dá a partir das trocas mercantis estabelecidas depois da “porteira”.

Tabela 12 - Indicadores de rendimentos e remuneração da pecuária de corte.

Indicador	Unid.	Pecuária Familiar	Pecuária Patronal
Valor Agregado Líquido (VAL)	R\$/ano	53053,22	191993,82
Renda Agrícola (RA)	R\$/ano	50940,04	132546,77
Rendas não Agrícolas (RÑA)	R\$/ano	0,00	0,00
Renda Total (RT)	R\$/ano	50940,04	132546,77
VAL/SAU	R\$/ano	917,88	149,88
RA/SAU	R\$/ano	881,32	103,47
VAL/UTH	R\$/UTH	23066,62	54855,38
RA/UTH	R\$/UTH	22147,84	37870,50
RT/UTH	R\$/UTH	22147,84	37870,50
VAL/UTHf	R\$/UTH	23066,62	109710,75
RA/UTHf	R\$/UTH	22147,84	75741,01
RT/UTHf	R\$/UTH	22147,84	75741,01
RAÑA / RT	%	0,00	0,00
(RAÑA+RAPOS+ROTS+REx)/RT	%	0,00	10,11

Fonte: pesquisa de campo (2013).

Conforme a tabela acima, ao se analisar a Renda Agrícola (RA), se verifica uma RA do pecuarista familiar de R\$ 50940,04, o que equivale a uma renda mensal e bastante considerável de R\$ 4245,00. No entanto, o pecuarista familiar tem na produção de queijo “artesanal” um importante incremento na RA, pois no agrícola analisado a renda com queijo foi de R\$ 19800,00, o que representa 38,8% da RA. Quanto ao pecuarista patronal, a RA é de R\$ 132546,77, correspondente a uma renda mensal de R\$ 11045,56. Assim, mesmo o pecuarista familiar estando mais mercantilizado nas relações antes da “porteira”, o grau de mercantilização (28,7%) não tem impactos negativos sobre a RA.

Quanto à remuneração da terra (RA/SAU), o que se verifica é que a RA do pecuarista familiar remunera melhor a terra do que a RA do pecuarista patronal, com valores respectivos de R\$ 881,32 e R\$ 103,47 por ano. Já em relação à remuneração da produtividade do trabalho familiar (VAL/UTHf), as análises correspondentes apresentaram um valor de R\$23.066,62 e R\$54.855,38, respectivamente, para o pecuarista familiar e o pecuarista patronal.

As diferenças vão ocorrer também em relação à remuneração do trabalho familiar (RA/UTHf), com uma renda de R\$ 22147,84 para o pecuarista familiar e R\$ 75741,01 para o pecuarista patronal. Porém, a diferença entre o VAL/UTHf e RA/UTHf serão menores para o pecuarista familiar, na ordem de R\$ 918,78, quanto R\$ 3396,74 para o pecuarista patronal.

Essa diferença deve-se ao fato do pecuarista patronal ter valores altos envolvido na contratação de mão de obra (assalariada e temporária) e no pagamento de arrendamento.

No que diz respeito ao acesso ao mercado de venda de produtos, os canais de comercialização do pecuarista familiar se dão a partir de “circuitos curtos”, isto é, a venda de animais ocorre através de transações realizadas com vizinhos ou atravessadores, obedecendo critérios para venda que nem sempre são econômicos, mas que seguem muitas vezes a necessidade do “aperto econômico” da família. A racionalidade econômica do pecuarista familiar sem sido amplamente estudada e documentada, onde alguns autores (COTRIM, 2003; NESKE, 2009; RIBEIRO, 2009; MATTE, 2013) descrevem que o pecuarista familiar “colecciona vaca” no campo, ou seja, a venda dos animais ocorre muito em função das necessidades da família, e não por critérios puramente econômicos quando os animais estão prontos. No caso da venda de queijos, a venda também ocorre por “circuitos curtos” estabelecidos a partir de relações de confiança com consumidores, o que traz vantagens econômicas, conforme relata o pecuarista familiar:

“Se consegue um preço melhor porque se vende “picado” (uns quilos para uns, outros para outros), às vezes vem gente comprar aqui, familiares compram também.”
(Entrevista – pecuarista familiar).

No caso do pecuarista patronal, o comércio dos animais (compra e venda) também ocorre através de “circuitos” curtos (vizinhos, atravessadores, feiras, remates), porém, esse pecuarista também acessa mercados mais convencionais, como é o caso da venda para frigoríficos. Apesar de manter uma maior inserção a diferentes mercados, esse pecuarista possui autonomia para escolher o tipo de mercado que é mais oportuno, pois a diversidade de mercados que acessa explica isso. Assim, esse pecuarista estabelece um movimento de ida e vinda aos diferentes mercados, conforme, muitas vezes, os seus interesses, e não necessariamente obedecendo às regras do mercado mais convencional, que é o frigorífico. Esse mesmo comportamento se relação com o mercado “depois da porteira” foi constatado no trabalho de Matte (2013) entre pecuaristas de corte na região da campanha do Rio Grande do Sul.

Os critérios para venda podem variar como a época do ano, preço e quando os animais estão prontos para a venda. Segundo esse pecuarista:

“Os critérios que uso para vender gado são vários e depende do ano. Às vezes a lotação está alta ou porque o preço está bom ou o gado fica pronto... tudo depende.

Às vezes é por causa do aperto (econômico), mas tento aprontar o lote para a entressafra”. (Entrevista - pecuarista patronal).

Pela entrevista acima fica clara a preocupação do pecuarista com o mercado de venda de animais, porém, apesar de manter uma integração constante, não se verifica que os mercados depois da “porteira” tornam esse pecuarista subordinado, diferentemente do que ocorre com os mercados antes da “porteira”.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendendo a mercantilização da agricultura como um fenômeno abrangente, essa pesquisa teve como tema o estudo da mercantilização da pecuária de corte no município de São Francisco de Paula. Assim, o objetivo de analisar em que medida a mercantilização foi responsável por conduzir a diferenciação social, econômica e produtiva dos pecuaristas de corte de São Francisco de Paula, RS, se constituiu no eixo norteador de todo o processo de realização da pesquisa, desde a definição da base conceitual-analítica, até a escolha dos procedimentos metodológicos e a consequente realização da pesquisa de campo.

Corroborando-se com outros estudos que tratam sobre a mercantilização da agricultura, particularmente os trabalhos realizados no Rio Grande do Sul, se evidenciou que esta não é um processo homogêneo, existindo em graus diferentes entre os pecuaristas de corte investigados. Ou seja, a pecuária familiar e a pecuária patronal interagem com os mercados de diferentes formas e intensidades.

No quadro abaixo é apresentado uma síntese de algumas características que evidenciam as principais diferenças do processo de mercantilização dos pecuaristas investigados nessa pesquisa.

Quadro 1 – Características que marcam as diferenças do processo de mercantilização entre os pecuaristas investigados.

Pecuária Familiar	Pecuária Patronal
▪ UTHf/UTHt = 100% (não existe externalização na contratação mão de obra).	▪ UTHf/UTHt = 50% (externalização na contratação mão de obra).
▪ Área de pastagem cultivada/SAU = 4,8% (maior dependência pastagem nativa).	▪ Área de pastagem cultivada/SAU Uso da terra = 11,3% (menor dependência pastagem nativa).
▪ CI/PBT = 11,7%	▪ CI/PBT = 28,7%
▪ Externalização “antes da porteira” = menor.	▪ Externalização “antes da porteira” = maior.
▪ Externalização “depois da porteira” = circuitos curtos.	▪ Externalização “depois da porteira” = circuitos curtos e longos (movimentos de idas e vindas/mercados formais e informais).

Fonte: Banco de dados da autora.

No que diz respeito à relação entre a estrutura familiar e a força de trabalho analisadas no capítulo 5, se verificou que o pecuarista familiar centraliza o trabalho dos processos produtivos na utilização exclusiva de mão de obra familiar. Ao se verificar uma relação UTHf/UTHt com um índice de 100%, isto é, não existe contratação de mão de obra, significa que não existe necessidade de externalização na contratação de mão de obra. Situação diferente é percebida em relação à pecuária patronal, onde ocorre a utilização de 50% de mão de obra contratada, assalariada ou temporário, indicando maior externalização em relação à pecuária familiar.

Quanto ao uso da terra, percebeu-se que existe uma semelhança importante no uso na terra entre os estabelecimentos familiar e patronal, que é o fato de existir uma grande dependência da pastagem nativa como principal recurso forrageiro de alimentação dos animais. No entanto, essa dependência é mais evidente na pecuária familiar onde se verificou que a área de pastagem cultivada em relação à SAU é 4,8 %, e no caso da pecuária patronal, a área de pastagem cultivada representa 11,3% em relação à SAU. Isso indica que a pecuária patronal possui uma menor dependência da pastagem nativa quando comparada com a pecuária familiar. Por conta disso, a pecuária patronal ao investir consideravelmente na formação de pastagem cultivada (105 ha), acaba mobilizando maiores proporções de insumos do mercado. Além disso, também se verificou que a pecuária patronal aumenta a externalização produtiva através do arrendamento de área de terceiros, diferentemente da pecuária familiar que não recorre ao arrendamento da terra.

Por sua vez, a análise do grau de mercantilização e externalização dos sistemas de produção, avaliados através do indicador CI/PBT, permitiram analisar mais detalhadamente as relações com os mercados e a existência de dependência ou não com esses. Percebeu-se que a pecuária patronal está mais inserida nos circuitos mercantis através dos mercados de insumos e serviços, apresentando um índice de CI/PBT de 28,7%, que significa ser quase três vezes mais que o índice da pecuária familiar (11,7%). Essa maior externalização se deve principalmente aos insumos que são mobilizados “antes da porteira” na formação da pastagem cultivada e também com os insumos para as criações. Por outro lado, a menor externalização verificada na pecuária familiar se deve, como comentado anteriormente, ao uso e dependência da pastagem nativa, que por se tratar de um recurso “gratuito”, permite a geração de um processo de desmercantilização do processo produtivo, evitando um menor acesso e dependência do mercado, sobretudo de insumos.

Se é possível verificar graus diferentes de mercantilização que revelam formas e intensidades diferentes de inserção dos pecuaristas aos mercados “antes da porteira”,

sobretudo com os mercados de insumos, por outro lado, nos mercados “depois da porteira”, o que se constata é que os pecuaristas possuem maior autonomia para escolher os mercados de venda dos produtos, mesmo para o caso do pecuária patronal. Na maior parte, e, principalmente o pecuarista familiar, os mercados acessados são de “circuitos curtos” (vizinhos, atravessadores, feiras), estabelecidos muitas vezes por relações sociais que envolvem valores sociais (confiança, reciprocidade), e não apenas valores monetários. Assim, os mercados “depois da porteira” envolvem mecanismos de funcionamento que permitem aos pecuaristas escolherem ou optarem por mercados que lhes garantem maior autonomia, o que fica mais evidente no caso do pecuarista patronal que estabelece movimentos de ida e vinda entre mercados formais (ex. frigorífico) e informais (ex. vizinhos e atravessadores).

Portanto, apesar de se verificar que a mercantilização da agricultura age de maneira diferente sobre os pecuaristas de corte analisados, e existindo relações de dependência e graus diferentes de mercantilização, essas relações mercantis são mais intensas e evidentes nas relações “antes da porteira”, pois “depois da porteira” os pecuaristas de corte criam e sustentam relações sociais que lhes permitem maior autonomia. Desse modo, através da análise empírica se percebeu a existência de uma heterogeneidade produtiva e socioeconômica que é o resultado das maneiras diferenciadas com que os pecuaristas se relacionam com os mercados, e a aparente homogeneidade da pecuária de corte, demonstra ser heterogênea.

Não houve a intenção nesse estudo de esgotar o tema da mercantilização no contexto da pecuária de corte na realidade agrária de São Francisco de Paula, porém, por um lado esse estudo oportunizou apreender questões importantes que permitem fazer constatações da diversidade produtiva e socioeconômica inerente à pecuária de corte do município. Por outro lado, acredita-se que os resultados aqui revelados podem subsidiar estudos futuros para aprofundar e melhor retratar a diversidade da pecuária de corte em uma escala maior, que abrange outros municípios dos Campos de Cima da Serra, particularmente nos estudos envolvendo as relações da pecuária com os mercados.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z.(Org.). **Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997. p. 33-55.
- AMBROSINI, L. B. **Sistema Agroalimentar do Queijo Serrano: uma estratégia de reprodução social dos pecuaristas familiares dos Campos de Cima da Serra-RS**. 2007.196 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- COMIM, L. E. S. **As parcerias na agricultura e as novas técnicas na pecuária de corte: o caso da Fazenda São Jorge – Cerrito – São Francisco de Paula (RS)**. 2011. Dissertação (Graduação em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural – PLAGEDER) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- CONTERATO, M. A. **A mercantilização da agricultura familiar do alto Uruguai/RS: Um estudo de caso no município de Três Palmeiras**. 2004. 209f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Rio Grande do sul, Porto Alegre, 2004.
- COTRIM, M. S. **Pecuária Familiar na Região da Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul: um estudo de caso sobre a origem e a situação socioagroeconômica do pecuarista familiar no município de Canguçu/RS**. 2003. 142 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
- FAO/INCRA. **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico**. Brasília, DF, 1996.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA – FEE. **Resumo estatístico RS – municípios**. Disponível em: http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_municipios_detalhe.php?municipio=Camargo. Acessado em: 18 de mai. 2013.
- _____. **Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE)**. 2009. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_idese.php>. Acesso em 18 mai. 2013.
- _____. **PIB Municipal RS – 2010**. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_pib_municipal_destaque.php>. Acesso em: 18 de mai. 2013.
- GERHARDT, T. S; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Série Ensino à Distância. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GOES, C. R. **A Produção de Alimentos sob a Égide da Empresa Capitalista: a produção de soja no Rio Grande do Sul.** 2009. TCC (Graduação em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural – PLAGEDER) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. **Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional.** Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1990.

GRAZIANO DA SILVA, J. da. O progresso técnico na agricultura. **Cadernos de Difusão de Tecnologia**, Brasília, v.7, n.1/3, p.13-46, 1990.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censos Agropecuários.** Rio de Janeiro: 1970-2006.

_____. **Censos Demográficos.** Rio de Janeiro: 1970-2000.

_____. **Pesquisa Pecuária Municipal.** Rio de Janeiro: 2009.

_____. **Pesquisa Pecuária Municipal.** Rio de Janeiro: 2010.

_____. **Pesquisa Pecuária Municipal.** Rio de Janeiro: 2011.

MATTE, A. **Vulnerabilidade, capacitações e meios de vida dos pecuaristas de corte da Campanha Meridional e Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul.** 2013. 186f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Rio Grande do sul, Porto Alegre, 2013.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea.** Lisboa: Ed. Instituto Piaget, 2001.

MIGUEL, L. A. de. **Dinâmica e Diferenciação de Sistemas Agrários.** Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Série Ensino à Distância. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

NESKE, M. **Estilos de agricultura e dinâmicas de desenvolvimento rural: o caso da pecuária familiar no território Alto Camaquã do Rio Grande do Sul.** 2009. 207f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

NETTO, C. G. M.; MELO, L. M. de; MAIA, C. M.. **Políticas públicas e desenvolvimento rural no Brasil.** Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Série Ensino à Distância. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

NIEDERLE, P. A. **Mercantilização, estilos de agricultura e estratégias reprodutivas dos agricultores familiares de Salvador das Missões, RS.** 2007. 201f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SCHNEIDER, S; NIEDERLE, P. A. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. In: FALEIRO, F. G; FARIAS NETO, A. L. (Org.) **Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2008, p. 989-1014.

PLOEG, J. D. van der. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: GUSMAN, E. S. (Org.). **Ecología, campesinato y historia**. Madrid: Piqueta, 1993. p. 153-195.

RIBEIRO, C. M. **Estudo do Modo de Vida dos Pecuáristas Familiares da Região da Campanha do Rio Grande do Sul**. 2009. 303 f. Dissertação (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SCHWANTZ, P. M. **A Mercantilização da Agricultura Familiar: um estudo de caso da comunidade de São José do Caí, Município de Nova Petrópolis/RS**. 2011. 74 f. TCC (Graduação em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural – PLAGEDER) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

SEPLAG. Secretária de Planejamento e Gestão do Rio Grande do Sul. **Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDES**. 2005. Disponível em: <<http://www.scp.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=631>>. Acesso em: 18 de mai. 2013.

TEIXEIRA, M. L. S. da. **São Francisco de Paula, Nossa Terra Nossa Gente**. Porto Alegre: Ed. Evangraf, 2002.

WIKIPÉDIA. **São Francisco de Paula (Rio Grande do Sul)**. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Francisco_de_Paula_\(Rio_Grande_do_Sul\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Francisco_de_Paula_(Rio_Grande_do_Sul))>. Acesso em: 23 de mai. 2013.

Anexo A -Roteiro de Pesquisa

ROTEIRO DE PESQUISA DE CAMPO**(Ano agrícola: Fevereiro/2012 a Fevereiro/2013)****Agricultor(a):** _____**Localidade:** _____**Município:** _____ **Distância do município:** _____**Telefone:** _____ **Data:** ____/____/____**Início (hs):** _____ **Fim (hs):** _____

1. Caracterização fundiária

Estrutura fundiária

Situação fundiária	Própria	Em parceria		Arrendamento		Cessão de Uso		Outros
		De terceiro	Para terceiro	De terceiro	Para terceiro	De terceiro	Para terceiro	
Área total (ha)								
Preço médio da terra R\$/há:								

Formas de acesso a terra

Itens	Hectares
Através de herança	
Compra de parentes	
Compra de terceiros	
Através de doação	
Outros	

Origem da família? Tempo na região?

Houve mudança recente no sistema de produção? (diminuição do efetivo de animais, aumento lavoura, silvicultura, troca sistema criação,diminuição terra, etc)

Em caso de sim, por que razões?

Uso da terra

Item	Área (ha)	
	Própria	Outros (arrendada, parceria)
Lavouras anuais		
Pastagem nativa		
Pastagem cultivada inverno		
Pastagem cultivada verão		
Floresta nativa		
Capoeiras		
Silvicultura		
Benfeitorias		
Área inapropriada		
Açudes		

2. Caracterização solo e relevo

Textura do solo

- () Pedregoso % _____ () Arenoso % _____
 () Argiloso % _____ () Outro _____

Relevo

- () acidentado % _____ () fortemente acidentado % _____
 () ondulado % _____ () levemente ondulado % _____ () plano % _____

Observações:

3. Infra-estrutura básica

Benfeitorias

Especificações	Dimensões (m, m ² , há)	(1)	Estado de conservação (bom, regular, precário)	Valor estimado (R\$)
		Alvenaria		
		(2) Madeira		
		(3) Mista		
Casa				
Galpão				
Mangueiras				
Banheiro de animais				
Açudes				
Balança				
Cercas				
Aviário				
Pocilga				
Outros				

Máquinas e equipamentos (ex. trator, roçadeira, colheitadeira, reboque, etc)

Especificações	Estado de conservação (bom, regular, precário)	Valor estimado (R\$)
Trator		
Roçadeira		
Colheitadeira		
Reboque		
Tobata		
Grade		
Arado		
Caminhão		
Triturador		
Semeadora mecânica		
Plantadeira		
Carroça		
Capinadeira		
Outros		

Água, luz, esgoto

Energia elétrica () sim () não
 Água encanada () sim () não
 Instalações hidrosanitárias () sim () não

4. Composição familiar

Nome	Grau de parentesco ¹	Idade	Residência ²	Dedicação a pecuária ³	Escolaridade ⁴

¹ Titular, cônjuge, filho (a), genro (a), etc

² Unidade de produção, cidade, etc

³ Nenhum (0 hs/dia), parcial (até 4 hs/dia), integral (mais de 4 hs/dia)

⁴ Nenhum ano cursado, 1º grau incompleto, 1º grau completo, 3º grau incompleto, sem idade escolar

5. Compra/venda mão-de-obra contratada, troca de serviço

Contratação de mão-de-obra (pode ser temporária ou permanente)

Número pessoas	Tempo (n° de dias/ mês/ano)	Atividade executada	R\$ pago

5.2.1 Por que contrata mão de obra?

Venda de mão-de-obra

Membro da família	Tempo (n° de dias/ mês)	Atividade executada	R\$ ganho (dia/mês)

5.2.1 Por que vende mão de obra?

Troca de serviço

Membro da família	Tempo (n de dias/ mês)	Atividade executada	R\$ ganho (dia/mês)

5.2.1 Por que faz troca de serviço? Com quem? (familiar, vizinho)

6. Atividades produtivas

Realiza rotação de cultura? Quais espécies e época do ano? (ex. milho/soja com trigo; pastagem de inverno com lavoura de verão)

Produção vegetal – Produção total comercializada e estocada na UPA*

Agricultura (ex. soja, trigo, milho, feijão, etc)	Área (ha)	Quant.	Unidades (sacos, Kg, pé,)	Preço Unitário	R\$ Total	**Onde comercializa	Produto comprado	**Onde comercializa
Soja								
Trigo								
Milho								
Feijão								
Abobora								
Amendoim								
Hortigranjeiros								
Batata doce								
Abobora								
Mogango								
Aipim								
Outros								

* Ano agrícola Fevereiro/2012 a fevereiro 2013

** ex. (vizinhos, feiras, cooperativas, intermediários, frigoríficos, remates, empresas privadas se estiver integrado, etc)

Inventário dos animais, venda, compra e abate *

				EVOLUÇÃO NO ULTIMO ANO			
BOVINOS (N.º CABEÇAS/CATEGOR IA)	Nº animais – março 2013	Raça	Preço médio unitário	Nº Vendidos	Onde comercializa*	Nº Comprados	Onde comercializa*
Reprodutores							
Vacas em lactação							
Vacas secas							
Novilhas 1 à 2 anos							
Novilhas 2 à 3 anos							
Bezerras mamando							
Machos engorda							
Machos recria							
Bezerros mamando							
TOTAL DE ANIMAIS							

* ex. (vizinhos, feiras, cooperativas, intermediários, frigoríficos, remates, empresas privadas se estiver integrado, etc)

				EVOLUÇÃO NO ULTIMO ANO		
AVES (N.º CABEÇAS/CATEGOR IA)	Nº animais – março 2013	Preço médio unitário	Nº Vendidos	Onde comercializa*	Nº Comprados	Onde comercializa*
Galinhas						
D' Angola						
Perus						
Patos						
Gansos						
TOTAL DE ANIMAIS						

* ex. (vizinhos, feiras, cooperativas, intermediários, frigoríficos, remates, empresas privadas se estiver integrado, etc)

				EVOLUÇÃO NO ULTIMO ANO		
SUINOS (N.º CABEÇAS/CATEGOR IA)	Nº animais – março 2013	Preço médio unitário	Nº Vendidos	Onde comercializa*	Nº Comprados	Onde comercializa*
Criadeiras						
Cachaços						
Leitões < 2 meses						
Leitões 2 a 6 meses						
Porcos > 6 meses						
TOTAL DE ANIMAIS						

* ex. (vizinhos, feiras, cooperativas, intermediários, frigoríficos, remates, empresas privadas se estiver integrado, etc)

				EVOLUÇÃO NO ULTIMO ANO		
OVINOS	Nº animais	Preço	Nº Vendidos	Onde	Nº	

<i>(N.º CABEÇAS/CATEGORIA)</i>	- março 2013	médio unitário		comercializa*	Comprados	Onde comercializa*
Reprodutor						
Ovelhas > 12 meses						
Fêmeas até 12 meses						
Machos > 12 meses						
Machos até 12 meses						
TOTAL DE ANIMAIS						

* ex. (vizinhos, feiras, cooperativas, intermediários, frigoríficos, remates, empresas privadas se estiver integrado, etc)

<i>EQUINOS/MUARES</i>	<i>N.º CABEÇAS</i>		Preço médio unitário
	<i>M</i>	<i>F</i>	
< 1 Ano			
1 - 3 Anos			
> 3 Anos			

				EVOLUÇÃO NO ÚLTIMO ANO	
COLMÉIAS	N.º DE CAIXAS	Consumido (KG)	Valor médio (R\$/Kg)	Comercializada	Onde comercializa
Rústica					
Moderna					
TOTAL DE ANIMAIS					

				EVOLUÇÃO NO ÚLTIMO ANO	
PEIXES / ESPÉCIE	Nº de tanques	Consumido (KG)	Valor médio (R\$/Kg)	Comercializada	Onde comercializa
TOTAL DE ANIMAIS					

* ex. (vizinhos, feiras, cooperativas, intermediários, frigoríficos, remates, empresas privadas se estiver integrado, etc)

7. Produtos processados ou beneficiados na U.P.A (Usar produção por dia, semana, mês ou ano)

Cultura: soja					Cultura: milho				
Insumo	Quant.	Valor Unitário	unid.	Valor Total	Insumo	Quant.	Valor Unitário	unid.	Valor Total
semente					semente				
Adubo					adubo				
herbicida					herbicida				
fungicida					fungicida				
Inseticida					Inseticida				
Calcário					Calcário				
óleo diesel					óleo diesel				
Trator (terceiro)					Trator (terceiro)				
Outros					Outros				

* Ano agrícola Fevereiro/2012 a fevereiro 2013

Cultura:					Cultura:				
Insumo	Quant.	Valor Unitário	unid.	Valor Total	Insumo	Quant.	Valor Unitário	unid.	Valor Total
semente					semente				
adubo					adubo				
herbicida					herbicida				
fungicida					fungicida				
Inseticida					Inseticida				
Calcário					Calcário				
óleo diesel					óleo diesel				
Trator (terceiro)					Trator (terceiro)				
Outros					Outros				

* Ano agrícola Fevereiro/2012 a fevereiro 2013

Cultura:	Cultura:

Insumo	Quant.	Valor Unitário	unid.	Valor Total	Insumo	Quant.	Valor Unitário	unid.	Valor Total
semente					semente				
adubo					adubo				
herbicida					herbicida				
fungicida					fungicida				
Inseticida					Inseticida				
Calcário					Calcário				
óleo diesel					óleo diesel				
Trator (terceiro)					Trator (terceiro)				
Outros					Outros				

* Ano agrícola Fevereiro/2012 a fevereiro 2013

Cultura:					Cultura:				
Insumo	Quant.	Valor Unitário	unid.	Valor Total	Insumo	Quant.	Valor Unitário	unid.	Valor Total
semente					semente				
adubo					adubo				
herbicida					herbicida				
fungicida					fungicida				
Inseticida					Inseticida				
Calcário					Calcário				
óleo diesel					óleo diesel				
Trator (terceiro)					Trator (terceiro)				
Outros					Outros				

* Ano agrícola Fevereiro/2012 a fevereiro 2013

Cultura:	Cultura:

Insumo	Quant.	Valor Unitário	unid.	Valor Total	Insumo	Quant.	Valor Unitário	unid.	Valor Total
semente					semente				
adubo					adubo				
herbicida					herbicida				
fungicida					fungicida				
Inseticida					Inseticida				
Calcário					Calcário				
óleo diesel					óleo diesel				
Trator (terceiro)					Trator (terceiro)				
Outros					Outros				

* Ano agrícola Fevereiro/2012 a fevereiro 2013

Cultura:					Cultura:				
Insumo	Quant.	Valor Unitário	unid.	Valor Total	Cultura: milho	Quant.	Valor Unitário	unid.	Valor Total
semente					semente				
adubo					adubo				
herbicida					herbicida				
fungicida					fungicida				
Inseticida					Inseticida				
Calcário					Calcário				
óleo diesel					óleo diesel				
Trator (terceiro)					Trator (terceiro)				
Outros					Outros				

* Ano agrícola Fevereiro/2012 a fevereiro 2013

Insumos das atividades de criação*

Controle de Endo e Ectoparasitas

Carrapaticida	Produto	N° trat/ ano	Época ano	R\$/ano
Bovinos				
Mosquicida	Produto	N° trat/ ano	Época ano	R\$/ano
Bovinos				
Ovinos				
Eqüinos				
Caprinos				
Vermifugação	Produto	N° trat/ ano	Época ano	R\$/ano
Bovinos				
Ovinos				
Eqüinos				
Caprinos				
Aves				
Suínos				
Bernes/bicheira	Produto	N° trat/ ano	Época ano	R\$/ano
Bovinos				
Ovinos				
Eqüinos				
Caprinos				
Controle de doenças				
Vacinação	Produto	N° trat/ ano	Época ano	R\$/ano
Aftosa				
Brucelose				
Carb. Sint. Gangrena				
Carb. Hemático				
Tristeza				
Aves				
Suínos				
Suplemento	Categoria animal	Quantidade/ano	Época ano	Custo/Un
Sal				
Silagem				
Milho				

Ração				
Concentrado				
Feno				

* Ano agrícola Fevereiro/2012 a fevereiro 2013

Uso de Homeopatia/fitoterapia

() Sim () Não

() Carrapaticida () Berne/bicheira
 () Vermífugo () Mosquicida

Utiliza roçadas das pastagens ? () sim () não. Por que razões?

No caso sim, qual a época do ano e frequência na mesma?

Época do ano	Frequência
() outono	() todo ano
() inverno	() quando é possível
() primavera	() Outros _____
() verão	

Utiliza a queimada como prática de manejo da pastagem/lavoura?

() Não
 () Sim. Porquê?

Qual periodicidade?

Tipo de pastoreio a. () continuo b () rotativo

Utiliza rotação de culturas das pastagens com outras espécies? Quais? (ex. soja verão e azevém inverno)

10.Outras atividades Econômicas Não-Agrícolas

Tipo de atividade	Periodicidade		Valor (R\$)	Pessoa da Família
	Mês	Ano		
Aposentadorias				
Pensões				
Aluguel				
Arrendamento				
Outros				

11. Crédito e financiamento

Instituição (A)	Destino (B)	Período Carência	Valor Financiado (R\$) total	Nº Parcelas	Valor da prestação (R\$) (Indicar se é mês/ano)

Código

(A)	(B)
1 Banco (Qual?)	1 custeio agrícola
2 Cooperativa	2 custeio pecuária
3 Fundo Municipal	3 comercialização agrícola
4 Vizinho	4 comercialização pecuária
5 Parentes	5 Investimento agrícola
6 Pronaf	6 investimento pecuária
7 RS- Rural	
8 Outros (Qual?)	

Outros gastos

Discriminação	R\$ (mês/ano)
ITR	
FUNRURAL	
ICMS	
Sindicato	
Luz	
Água	
Telefone	
Gasolina	
Frete	
Arrendamentos	

Quais os principais problemas identificados na propriedade (infraestrutura, aspectos socioeconômicos e ambientais)?

Anexo B - Termo de consentimento informado, livre e esclarecido

IEPE FCE UFRGS

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO

**Trabalho de Conclusão de Curso
INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL – UFRGS**

NOME: _____

RG/CPF: _____

Este **Consentimento Informado** explica o Trabalho de Conclusão de Curso “**título do projeto/tcc**” para o qual você está sendo convidado a participar. Por favor, leia atentamente o texto abaixo e esclareça todas as suas dúvidas antes de assinar.

Aceito participar do **Trabalho de Conclusão de Curso “título do projeto/tcc” – do Curso de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural – PLAGEDER**, que tem como objetivo “**descrever os objetivos**”.

A minha participação consiste na recepção do aluno “**Nome completo**” para a realização de entrevista.

Fui orientado de que as informações obtidas neste Trabalho de Conclusão serão arquivadas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS e que este projeto/pesquisa resultará em um **Trabalho de Conclusão de Curso** escrito pelo aluno. Para isso, () **AUTORIZO** / () **NÃO AUTORIZO** a minha identificação (**e a da propriedade/agroindústria/cooperativa/outra para a publicação no TCC.**)

Declaro ter lido as informações acima e estou ciente dos procedimentos para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso, estando de acordo.

Assinatura _____

(Cidade local) , ____/____/2013